

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

MARÇO DE 2011

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e da Portaria CGU nº 2546/2010.

Brasília, março de 2011

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

APO	Analista de Planejamento e Oramento
CGU	Controladoria-Geral da União
CMA	Comissão de Monitoramento e Avaliao
DEPLA	Departamento de Planejamento
DECIP	Departamento de Gestão do Ciclo do Planejamento
DECON	Departamento de Temas Econômicos e Especiais
DESOC	Departamento de Temas Sociais
DINFE	Departamento de Temas de Infraestrutura
DN	Decisão Normativa
DRT	Documento de Referência Temática
ENAP	Escola Nacional de Administrao Pública
ESAF	Escola de Administrao Fazendária
IN	Instruo Normativa
MP	Ministério do Planejamento, Oramento e Gestão
PAC	Programa de Acelerao do Crescimento
PGV	Projeto de Grande Vulto
PPA	Plano Plurianual
SIGPLAN	Sistema de Informaes Gerenciais e de Planejamento
SMA	Sistema de Monitoramento e Avaliao
SPI	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
TCU	Tribunal de Contas da União
UJ	Unidade Jurisdicionada

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Figura I - Organograma Funcional da SPI.....	6
Figura II - Temas Sociais.....	8
Figura III - Temas Econômicos e Especiais.....	9
Figura IV - Temas de Infraestrutura.....	9
Quadro I - Identificação da Unidade Jurisdicionada no Relatório de Gestão Individual.....	12
Quadro II - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo.....	21
Quadro III - Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	23
Quadro IV - Identificação as Unidades Orçamentárias.....	26
Quadro V - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	27
Quadro VI - Indicadores Institucionais para o período de setembro de 2010 a agosto de 2011.....	29
Quadro VII - Indicadores Institucionais para o período de setembro de 2009 a agosto de 2010.....	30
Quadro VIII - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores do Programa 0802.....	31
Quadro IX - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores das ações sob responsabilidade da SPI.....	31
Quadro X - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010.....	33
Quadro XI - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010.....	33
Quadro XII - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010.....	34
Quadro XIII - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010.....	34
Quadro XIV - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010.....	35
Quadro XV - Composição do Quadro de Estagiários.....	35
Quadro XVI - Custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	35
Quadro XVII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	36
Quadro XVIII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	37
Quadro XIX - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.....	38
Quadro XX - Estrutura de controles internos da UJ.....	41
Quadro XXI - Gestão de TI da UJ.....	43
Quadro XXII - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	45
Quadro XXIII - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	50
Quadro XXIV - Declaração do Contador Responsável.....	53

SUMÁRIO

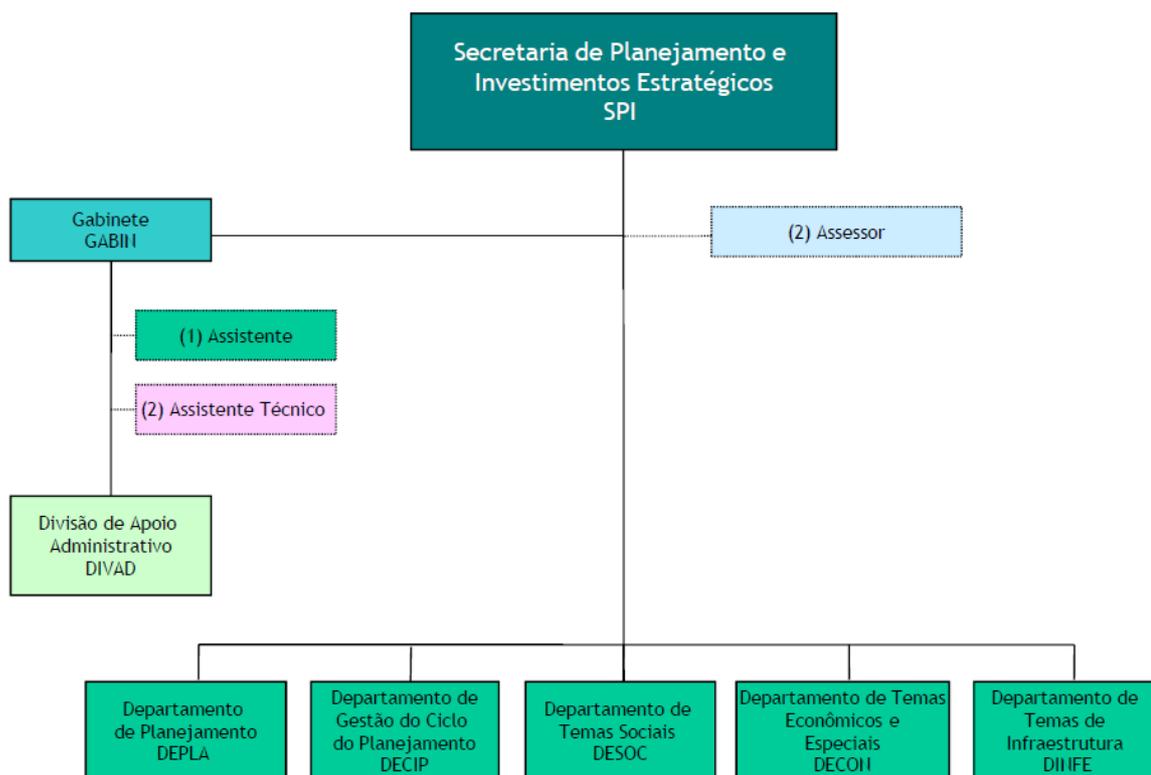
1. ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	6
2. INTRODUÇÃO.....	10
3. INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	12
4. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	14
a) Responsabilidades institucionais da unidade.....	14
b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	17
c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade.....	21
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro.....	26
5. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	31
6. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE.....	33
a) Composição do quadro de servidores ativos.....	33
b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	34
c) Composição do quadro de estagiários.....	35
d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos.....	35
e) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	36
f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	38
7. INFORMAÇÕES SOBRE A ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA.....	40
8. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ.....	41
9. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.....	43
10. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	45
11. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA	53
12. RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	54

1. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A estrutura e as competências da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) são dadas pelo Decreto nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), e detalhadas pela Portaria MP Nº 162, de 6 de abril de 2010, que aprova o Regimento Interno da SPI.

O Organograma Funcional da SPI é representado pela Figura I.

Figura I - Organograma Funcional da SPI



Fonte: Regimento Interno da SPI

A atual conformação da Secretaria é resultado de um trabalho que perseguiu o fortalecimento de seus três departamentos finalísticos mediante a instituição de uma lógica mais focada nas políticas públicas, nos bens e serviços ofertados à sociedade e disposta por temas. Assim estão organizados os Departamentos de Temas Sociais (DESOC), de Temas Econômicos e Especiais (DECON) e de Temas de Infraestrutura (DINF).

Por sua vez, os Departamentos de Planejamento (DEPLA) e de Gestão do Ciclo do Planejamento (DECIP) foram estruturados para gerar e aprimorar metodologias, ferramentas, estudos e conhecimentos necessários ao trabalho da Secretaria no contexto da nova lógica temática.

A SPI conta, ainda, com um Gabinete (GABIN), responsável por questões administrativas, e com uma Assessoria de apoio ao titular da Unidade.

As competências formais da SPI são:

- coordenar o planejamento das ações de governo, em articulação com os órgãos setoriais integrantes do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;
- estabelecer diretrizes e normas, coordenar, orientar e supervisionar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual, bem como a gestão de risco dos respectivos programas, e do planejamento territorial;
- disponibilizar informações sobre a execução dos programas e ações do governo federal integrantes do Plano Plurianual, inclusive relativas aos seus impactos socioeconômicos;
- realizar estudos especiais para a formulação de políticas públicas;
- identificar, analisar e avaliar os investimentos estratégicos governamentais, inclusive no que diz respeito ao seu impacto territorial, suas fontes de financiamento e sua articulação com os investimentos dos demais entes federativos e com os investimentos privados;
- exercer a supervisão da Carreira de Analista de Planejamento e Orçamento, em articulação com a Secretaria de Orçamento Federal, observadas as diretrizes emanadas do Comitê de Gestão das Carreiras do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e
- propor ao Ministro de Estado, observadas as diretrizes emanadas do Comitê de Gestão das Carreiras do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a alocação dos cargos da Carreira de Analista de Infraestrutura e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior.

Ao Departamento de Planejamento, cumpre:

- prover a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos dos conhecimentos e modelos necessários à consecução de suas atividades;
- organizar prêmios, cursos, estudos, pesquisas e publicação de artigos sobre planejamento, políticas públicas e desenvolvimento;
- apoiar a organização de eventos sobre planejamento, políticas públicas e desenvolvimento; e
- organizar grupos de discussão sobre temáticas associadas ao planejamento, às políticas públicas e ao desenvolvimento.

Por sua vez, cabe ao Departamento de Gestão do Ciclo do Planejamento:

- desenvolver estudos e pesquisas para a definição dos processos de elaboração e de revisão do Plano Plurianual;
- propor aprimoramentos na metodologia de elaboração, revisão, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual;
- preparar manuais sobre elaboração, revisão, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual; e
- elaborar proposta da mensagem presidencial do Plano Plurianual.

Finalmente, aos Departamentos de Temas Sociais, de Temas Econômicos e Especiais e de Temas de Infraestrutura compete orientar, coordenar e supervisionar a elaboração de programas, o monitoramento e a avaliação relacionados aos temas em sua área de atuação, assim como desenvolver estudos e projetos que contribuam para a melhoria dos processos de planejamento, gestão e análise das políticas e programas em sua respectiva área.

Para realizar suas atividades, os três departamentos finalísticos contam com gerências de projeto e coordenações. Os outros dois departamentos são estruturados em coordenações-gerais e coordenações, conforme suas atribuições regimentais. O Gabinete, por seu turno, possui uma Divisão de Apoio Administrativo.

O trabalho da Secretaria, especialmente dos departamentos finalísticos, está organizado por temas. A nova conformação temática confere maior priorização para o acompanhamento da programação mais estratégica do Plano Plurianual. Importante ressaltar que o tratamento dos temas implica a abordagem, inclusive, de questões que não estão explicitadas no Plano, mas que são relevantes para a garantia da eficácia da ação governamental. As análises temáticas, no entanto, devem ser suficientes para o monitoramento dos programas, estimulando a criação de massa crítica a respeito

da inter-relação entre as políticas públicas e contribuindo para sua concretização no âmbito do Plano Plurianual.

Os núcleos temáticos e temas foram constituídos a partir do conceito de campos do conhecimento (recortes) cuja dinâmica é organizada em torno de ideias, questões, desafios etc. postos para uma área. Campos devem ser entendidos como esferas que organizam os debates, envolvendo atores (que podem conflitar ou não) governamentais, sociedade civil organizada, universidade, mídia etc. Assim, buscou-se minimizar o risco de escolha de objetos que não se materializassem em lócus que expressassem dilemas, acordos e construções em vigor, dos quais, inclusive, resultam a forma, a distribuição e a quantidade de produtos, bens e serviços entregues à sociedade.

Inicialmente, foram definidos 51 temas organizados em 16 núcleos temáticos. Com a construção dos Documentos de Referência Temática, a elaboração dos Desafios associados aos temas, o amadurecimento das análises, o diálogo com os diversos atores envolvidos, este conjunto sofreu adequações, chegando a 55 temas.

As figuras a seguir ilustram as três áreas temáticas com a organização de núcleos temáticos e temas em que se encontravam ao final do exercício de 2010.

Figura II - Temas Sociais

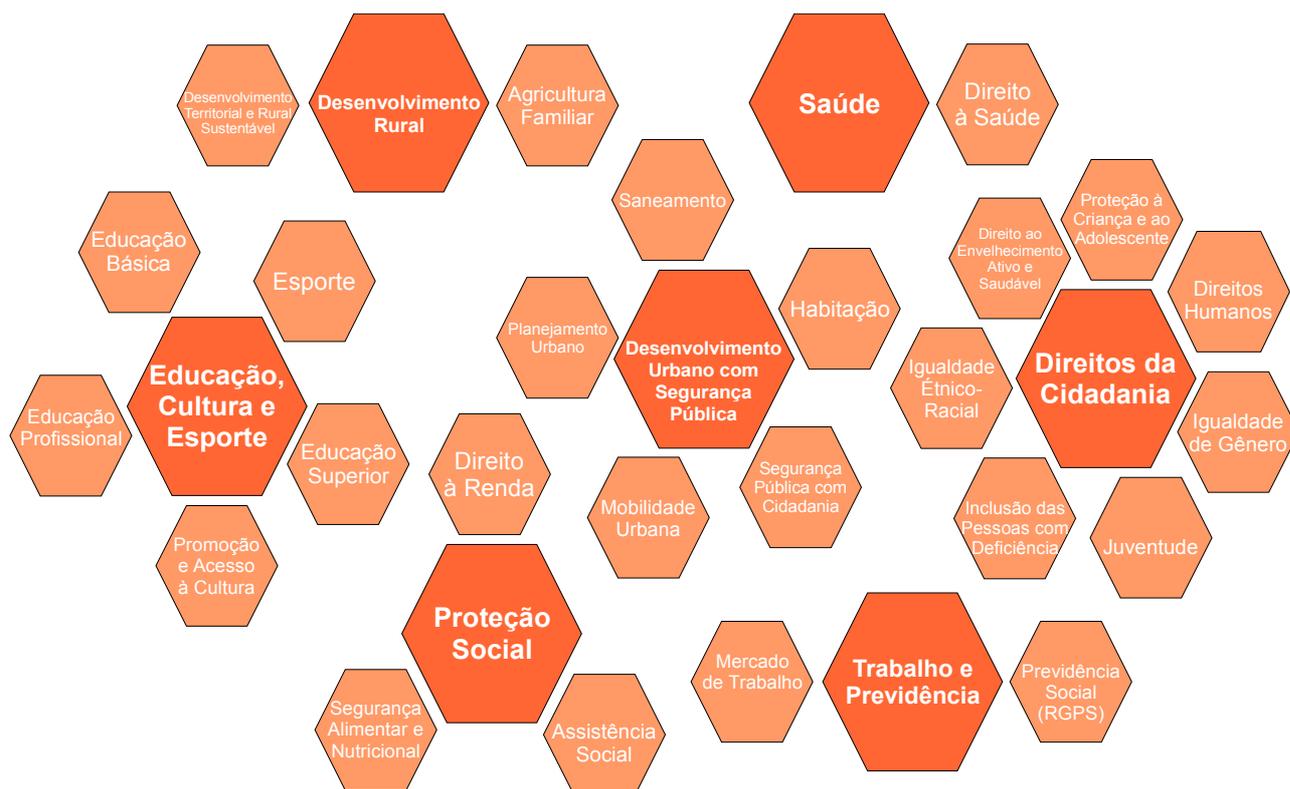


Figura III - Temas Econômicos e Especiais

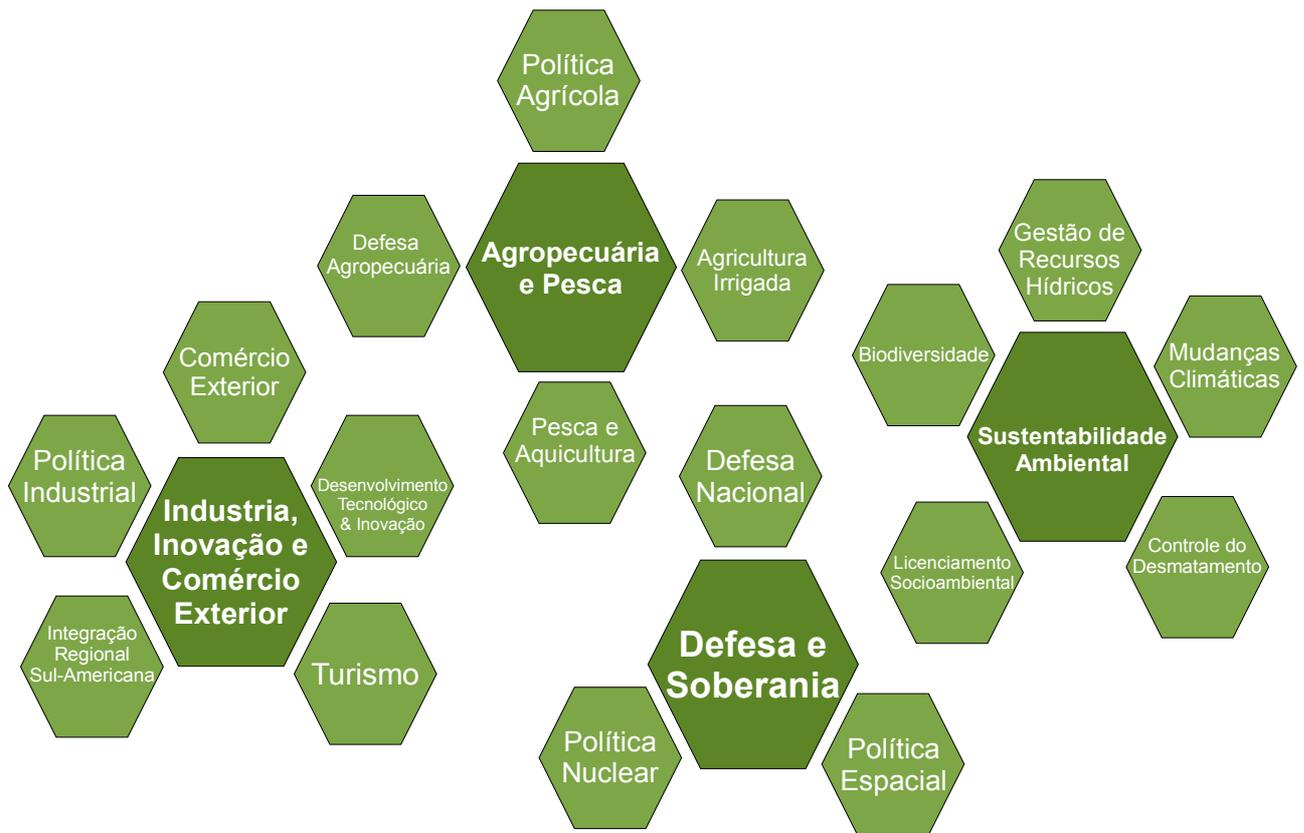


Figura IV - Temas de Infraestrutura



2. INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão está estruturado segundo as disposições da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, e as recomendações disponíveis no sítio eletrônico do Tribunal, conforme acessos realizados entre janeiro e março de 2011, em particular a apresentação intitulada “Dicas para elaboração do Relatório de Gestão de 2010”.

Desta forma, o primeiro capítulo do Relatório, apresentado após as páginas de abertura, traz o Organograma Funcional da SPI, que informa a organização, as competências e as atribuições da Secretaria. Após a presente introdução, que representa o segundo capítulo, é desenvolvido o texto do Relatório propriamente dito, percorrendo os itens pertinentes do Anexo II da DN TCU nº 107/2010, que constituem mais nove capítulos do Relatório. Na sequência, é apresentado o capítulo de Resultados e Conclusões, que encerra o documento.

Os conteúdos abordados no desenvolvimento do Relatório tiveram por base a indicação do Quadro A1 do Anexo II da DN TCU nº 107/2010, segundo o qual aos órgãos da administração direta do Poder Executivo cabem os Itens 1 a 16 da Parte A (conteúdo geral) e o Item 1 da Parte B (informações contábeis) do anexo mencionado.

Dos itens citados, os seguintes não se aplicam à SPI no exercício de referência do Relatório pelas razões expostas:

- Item 3 - não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício de 2010;
- Item 6 - a Unidade não realizou transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência;
- Item 7 - não há contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres cujas informações a SPI seja responsável por disponibilizar e atualizar, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV);
- Item 10 - a SPI não confecciona termos de referência e projetos básicos para aquisição de bens e contratação de serviços ou obras, tampouco é responsável por realizar procedimentos licitatórios;
- Item 11 - a Unidade não tem sob sua responsabilidade a administração de imóveis de propriedade da União ou locados de terceiros e nem utiliza o Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet);
- Item 13 - a Secretaria não dispõe de cartão de pagamento do governo federal;
- Item 14 - a SPI não possui competências relativas à Renúncia Tributária;
- Item 16 - não há unidade de controle interno na estrutura do órgão. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao qual está subordinada a SPI, conta com a figura do Assessor Especial de Controle Interno.

Cabe salientar que a Parte C do Anexo II também não se aplica à SPI, por a Unidade não se enquadrar em nenhuma das situações ali indicadas no exercício de 2010. A Parte D igualmente não

cabe, por não se encontrar esta Secretaria dentre as unidades que devem apresentar relatórios customizados.

Dentre as principais realizações da Unidade em 2010, destaca-se a continuidade da implantação da estratégia temática, que envolveu a elaboração de estudos e documentos e a própria reorganização da Secretaria. A abordagem temática será a base do próximo Plano Plurianual, cujas linhas centrais do modelo também foram concebidas no exercício de referência deste Relatório.

Vale a pena salientar que essas ações foram realizadas em paralelo a todas as demais atividades da SPI, que é responsável pela gestão das etapas do ciclo do planejamento, coordenação de comitês e grupos de trabalho, participação nas agendas prioritárias (como o PAC), além de outras atribuições institucionais. Naturalmente isso gerou um considerável volume de trabalho para o corpo técnico da Secretaria, situação que será amenizada pelo ingresso de novos servidores públicos no exercício de 2011, provenientes principalmente do último concurso realizado para a Carreira de Analista de Planejamento e Orçamento.

Para 2011, o principal desafio é a elaboração e encaminhamento do projeto de lei do Plano Plurianual 2012-2015. O novo PPA refletirá o trabalho de aprimoramento dos instrumentos de planejamento que vem sendo realizado pela Secretaria. Ele será voltado ao tratamento dos componentes que viabilizem a política pública e evidenciem seus resultados. A estratégia do Plano estará na consolidação do processo de crescimento econômico (com expansão equânime do emprego e da renda, com fortalecimento do mercado interno ancorado em um modo de produção, consumo e distribuição sustentáveis e ampliação dos investimentos inovativos) e na inserção competitiva do País na economia internacional.

3. INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro I - Identificação da Unidade Jurisdicionada no Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Poder Executivo Federal			
Órgão de Vinculação: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			Código SIORG: 2981
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos			
Denominação abreviada: SPI			
Código SIORG: 2033	Código LOA: N/A	Código SIAFI: N/A	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2020-4080	(061) 2020-4436	(061) 2020-4498
E-mail: spi@planejamento.gov.br			
Página na Internet: http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?sec=10			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 3º Andar - CEP: 70.040-906 - Brasília - DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> · Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 - Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. · Decreto nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. · Portaria MP nº 162, de 6 de abril de 2010 - Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. 			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> · Lei Nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal. · Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008 - Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011. · Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998 - Estabelece normas para a elaboração e execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União, e dá outras providências. · Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007 - Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. · Decreto de 1º de agosto de 2008 - Dispõe sobre a Comissão Nacional de Cartografia - CONCAR, e dá outras providências. · Decreto nº 6.601, de 10 de outubro de 2008 - Dispõe sobre a gestão do Plano Plurianual 2008-2011 e de seus programas. · Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008 - Institui, no âmbito do Poder Executivo Federal, a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, e dá outras providências. · Decreto nº 6.958, de 14 de setembro de 2009 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória. · Decreto nº 7.369, de 26 de novembro de 2010 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória. · Portaria MP nº 66, de 1º de abril de 2009 - Institui a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual - CMA, na forma prevista na alínea "c" do inciso I do art. 2º do Decreto nº 6.601/2008. · Portaria MP nº 140, de 10 de junho de 2009 - Estabelece as atribuições dos integrantes do Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMA, nos níveis estratégico e tático-operacional. · Portaria MP nº 183, de 7 de julho de 2009 - Aprova o Regimento Interno da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual - CMA para o período 2008/2011. · Portaria MP Nº 92, de 3 de março de 2010 - Designa os representantes dos órgãos do Poder Executivo para compor o CGPPA. · Portaria SPI/MP nº 1, de 8 de maio de 2009 - Estabelece os procedimentos e a periodicidade para registro de informações relacionadas com o desempenho dos programas e das ações do PPA, no SIGPlan. 			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> · Resolução CMA/MP nº 8/2010 - Aprova o parecer da CTPGV, favorável à viabilidade técnica e socioeconômica do projeto de Implantação da Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia e do projeto de Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA. · Indicadores de Programa: Guia Metodológico. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - Brasília: MP, 2010. 			

- Relatório Anual de Avaliação do PPA 2008-2011, Exercício 2010, Ano Base 2009.
- Manual de Avaliação Anual - Exercício 2010 - Ano Base 2009.
- Manual de Apresentação de Estudos de Viabilidade de Projetos de Grande Vulto - Versão 2.0, Brasília, julho de 2009. Aprovado pela Resolução CMA / MP nº 5/2009.
- Manual de Elaboração do PPA 2008-2011.
- Publicação da atualização dos anexos do PPA 2008-2011. A atualização incorpora as ações criadas por créditos até o ano de 2009 e por meio da Lei Orçamentária Anual de 2010.
- Apresentação com orientações sobre a Fase Qualitativa do Processo de Elaboração do PLOA 2011.
- Orientação para os técnicos da UMA sobre a disponibilização de nova funcionalidade no SIGPlan, referente à liberação da Previsão Inicial Física e Financeira. Com esta funcionalidade à disposição da UMA, será possível uma melhor programação no planejamento dos programas e ações vinculados aos respectivos órgãos.
- Orientações Gerais sobre Alterações no Módulo de Monitoramento 2008.
- Orientação Estratégica de Governo para o Plano Plurianual 2008-2011.
- Orientações para a Elaboração Quantitativa do PPA 2008-2011.
- Orientações para preenchimento regionalizado da execução física de ações no SIGPlan em 2009.
- Orientações para a descentralização do cadastro de usuários no SIGPlan (Perfil Cadastrador CI-Órgão) - 5ª Edição, junho de 2010
- Orientações sobre as modificações no preenchimento das Realizações Financeiras no SIGPlan. Essa modificação visa a excluir a Liquidação Forçada dos RAPs não processados, de modo que na coluna relativa aos valores financeiros "Realizados" estão registrados apenas os valores referentes a despesas liquidadas.
- Tutoriais interativos desenvolvidos para ilustrar os procedimentos de registros relativos à elaboração do PLOA 2011; avaliação de programa; preenchimento regionalizado anual; preenchimento de ações pelos coordenadores de ação e de programas pelos respectivos gerentes.

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
110120	Agência Brasileira de Inteligência
114601	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
114702	Fundação Escola Nacional de Administração Pública
201013	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
11301	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
11401	Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
110120	00001
114601	11301
114702	11401
201013	00001

4. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE JURISDICIONADA

a) Responsabilidades institucionais da unidade

I. Competência Institucional

A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos tem por missão garantir a convergência da ação de governo, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável, através da coordenação e elaboração de planos de médio e de longo prazos e sua respectiva gestão estratégica.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, estrutura na qual a SPI está inserida, exerce papel fundamental no ciclo de gestão dos recursos públicos, sendo o órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal (conforme o art. 4º da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001). Neste contexto, a SPI é responsável pela função planejamento, que é a primeira etapa do ciclo de gestão.

No exercício desta missão, os Planos Plurianuais (PPA), especialmente o Plano Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade (PPA 2008-2011), são importantes produtos da SPI. O PPA é a ferramenta de planejamento de médio-prazo prevista pela Constituição Federal de 1988, que estabelece as prioridades da administração federal para cada quadriênio e orienta a elaboração das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais.

A Secretaria também identifica, acompanha e analisa os investimentos estratégicos governamentais e coordena as atividades de cooperação técnica no âmbito do Ministério no que se relaciona ao planejamento, ao acompanhamento, à avaliação das ações de governo.

Conforme mencionado no Capítulo 1 deste Relatório, a SPI passou por um processo de adequação de sua estrutura organizacional, que teve por objetivo incrementar a atuação da Secretaria pelo fortalecimento da função planejamento.

Como resultado deste processo, as competências da Secretaria foram atualizadas, sendo expressas pelo Decreto nº 7.063/2010 (o texto está indicado no Capítulo 1). Tais competências foram detalhadas no Regimento Interno aprovado pela Portaria MP nº 162/2010 (alterado pela Portaria MP nº 248/2010).

Interessante ressaltar que o novo Regimento Interno veiculou as seguintes delegações de competência:

- para a SPI, referente à incumbência de propor, no âmbito do Comitê de Gestão das Carreiras do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, as políticas e diretrizes para distribuição, lotação e exercício dos cargos da carreira de Analista de Infraestrutura e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior e para o exercício das competências de que trata o art. 4º da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998;

- para o Secretário da SPI, referente à definição da alocação dos cargos da Carreira de Analista de Infraestrutura e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior e à gestão da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR), Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual (CMA) e Comissão Interministerial para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul.

Finalmente, os arts. 1º e 2º do Regimento Interno sintetizam as atribuições desta Unidade Jurisdicionada, conforme mencionado a seguir:

Art. 1º A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, órgão subordinado diretamente ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem por finalidade:

I - coordenar o planejamento das ações de governo, em articulação com os órgãos setoriais integrantes do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

II - estabelecer diretrizes e normas, coordenar, orientar e supervisionar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual, bem como a gestão de risco dos respectivos programas, e do planejamento territorial;

III - disponibilizar informações sobre a execução dos programas e ações do governo federal integrantes do Plano Plurianual, inclusive relativas aos seus impactos socioeconômicos;

IV - realizar estudos especiais para a formulação de políticas públicas;

V - identificar, analisar e avaliar os investimentos estratégicos governamentais, inclusive no que diz respeito ao seu impacto territorial, suas fontes de financiamento e sua articulação com os investimentos dos demais entes federativos e com os investimentos privados;

VI - exercer a supervisão da Carreira de Analista de Planejamento e Orçamento, em articulação com a Secretaria de Orçamento Federal, observadas as diretrizes emanadas do Comitê de Gestão das Carreiras do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e

VII - propor ao Ministro de Estado, observadas as diretrizes emanadas do Comitê de Gestão das Carreiras do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a alocação dos cargos da Carreira de Analista de Infraestrutura e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior.

Art. 2º Para consecução de suas finalidades, à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos compete, ainda:

I - coordenar a elaboração das metas e prioridades da Administração Pública Federal;

II - coordenar o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual;

III - subsidiar a elaboração da Mensagem Presidencial, em conformidade com o previsto no art. 84, inciso XI da Constituição Federal;

IV - examinar e dar parecer, no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos (OFIEX), quanto aos pleitos de contratação de crédito externo;

V - gerir sistema de informações gerenciais e de planejamento para apoio à gestão do Plano; e

VI - propor, no âmbito do Comitê de Gestão das Carreiras do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, políticas e diretrizes para distribuição, lotação e exercício dos cargos da carreira de Analista de Infraestrutura e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior e para o exercício das competências de que trata o art. 4º da Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998.

II. Objetivos estratégicos

Um desafio central do planejamento governamental contemporâneo é o de levar o Estado a entregar os produtos necessários à sociedade no lugar e no tempo adequados. A importância da tempestividade fica mais evidente diante dos impactos negativos causados por não-entregas ou atrasos nas entregas de bens e serviços. Mesmo nos casos em que o atraso nessa entrega não cause diretamente um impacto negativo, é preciso considerar que a sociedade fica privada de usufruir um bem ou serviço por um período de tempo de maneira desnecessária. É preciso considerar, também, que, por conta desse atraso, outros empreendimentos deixam de ser implementados ou, em alguns casos, acabam nem mesmo sendo executados.

A complexidade do contexto governamental requer, cada vez mais, que os órgãos de planejamento considerem as particularidades das diferentes políticas públicas que são desenhadas para atender aos anseios da sociedade, sem perder de vista a complementaridade existente no conjunto da ação governamental. Para tanto, o órgão central de planejamento deve possuir informação e conhecimento suficientes sobre os diversos setores do governo, o estágio da implementação das políticas setoriais, os desafios e problemas que se colocam, além de uma visão clara sobre como a

conjuntura impacta e é impactada pela intervenção estatal. É importante, ainda, incrementar o diálogo com os órgãos setoriais de planejamento, com os órgãos de coordenação política e com as unidades administrativas responsáveis pela execução dos programas, projetos e atividades na Administração Pública Federal.

No exercício de 2010, a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos deu continuidade à preparação necessária para responder a esses desafios. E o eixo central dessa preparação passa pela adoção de uma visão mais abrangente da ação governamental, que considera a dinâmica das políticas públicas para além da programação existente no PPA, e pela implementação de conceitos e práticas de gestão do conhecimento no âmbito da Secretaria, órgão central do Sistema de Planejamento Federal. A atuação governamental passa a ser enxergada sobre uma ótica temática, que perpassa setores do Estado, uma vez que leva em conta o desenvolvimento real de uma política pública, os atores envolvidos, a abrangência territorial, os resultados de sua implementação, dentre outros aspectos. Por sua vez, estratégias de gestão do conhecimento ajudam a formar massa crítica em torno desta nova lógica temática, por meio da construção coletiva de documentos - o que ajuda a explicitar, compartilhar e aprimorar o conhecimento no seio da Secretaria -, da formação de redes de atores, de discussões com outras esferas e níveis de governo, entre outras iniciativas.

Um objetivo estratégico perseguido é o fortalecimento da função planejamento e o consequente aperfeiçoamento da programação constante do PPA. O Plano deve responder se os produtos e serviços oferecidos pelo governo atendem às necessidades da sociedade. O foco deve ser nos resultados, não nos procedimentos. Preocupações como o desenvolvimento sustentável, o aproveitamento das potencialidades regionais, a redução das desigualdades e a qualidade do gasto público devem orientar a formulação dos programas que compõem o Plano. A ação governamental deve ser aprimorada pelo planejamento, incorporando os princípios da eficácia e da efetividade.

Ficou patente, a partir da aplicação das metodologias de planejamento, que um programa, mesmo bem desenhado, pode não ser suficiente para lidar com a complexidade da política pública à qual se refere. A complementaridade das ações governamentais, com interfaces bem construídas entre os órgãos executores, faz-se cada vez mais necessária. É preciso fomentar a intersetorialidade entre os diversos órgãos de forma a construir uma dinâmica que possibilite uma reflexão mais holística do conjunto da ação governamental.

Assim, a SPI trabalhou no desenvolvimento da lógica da inter-relação das ações governamentais com as políticas públicas expressas em núcleos temáticos e temas. Os núcleos temáticos são entendidos como eixos estruturadores de conhecimento, formados a partir de um conjunto de temas, e têm por objetivo fornecer a visão geral de um conjunto de políticas públicas afins, permitindo o mapeamento das inter-relações entre as políticas e a identificação dos principais problemas existentes. Os temas, por sua vez, são assuntos que, pela relevância, foram incorporados aos compromissos governamentais e justificam a ação do Estado, por meio de políticas públicas consideradas determinantes para o desenvolvimento.

Um tema deve ser estudado em sua integralidade e complexidade, bem como em suas interfaces com outros temas. A conformação de um tema deve levar em conta um campo construído a partir de uma racionalidade pela qual o governo, a sociedade, a academia e outros atores relevantes considerem lógica. É evidente que deve guardar relações com a técnica, mas deve levar em conta, também, a legitimação.

Uma vez delimitados os temas mais relevantes que, juntos, devem constituir a agenda de políticas públicas do governo federal, podem-se empregar técnicas de planejamento para analisar a consistência da programação e propor aperfeiçoamentos. Assim, é possível construir uma programação que responda ao conjunto dos principais desafios que se colocam para a

Administração Pública, de forma organizada, abrangente e integrada. Pode-se, também, buscar uma agregação maior das ações e uma programação mais enxuta, o que permitirá maior flexibilidade na gestão e um monitoramento mais efetivo.

Destaca-se, ainda, o esforço permanente no desenvolvimento de mecanismos de inovação em resposta aos desafios da gestão por resultados, ou seja, pelo comprometimento dos agentes internos e externos em torno de um plano estratégico que contemple a coordenação das políticas públicas. Se a dimensão gerencial do PPA identifica o programa como unidade de gestão e o sistema de monitoramento do PAC é exemplo de pactuação permanente, os temas surgem como o *locus* de interlocução de uma ampla rede de atores. Trata-se, então, de um potente instrumento de articulação governamental e federativa, combatendo as fragmentações das políticas públicas, de forma a estimular o permanente aperfeiçoamento do processo de planejamento em consonância com os planos derivados.

b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

Com o objetivo de fortalecer a função planejamento e aperfeiçoar a programação constante do PPA, a SPI deu continuidade à implantação da estratégia temática e aos estudos necessários para a construção do Plano Plurianual 2012-2015, cujo conteúdo deve ser elaborado no primeiro semestre de 2011.

Delineados os temas e núcleos temáticos que representam mais adequadamente os assuntos relevantes para sociedade, o desenvolvimento dos Documentos de Referência Temática permitiu à Secretaria concentrar massa crítica para atuar nessa nova lógica. O conteúdo dos documentos traz a discussão sobre a atual situação da política pública, com reflexões críticas e recomendações para aperfeiçoamentos na respectiva área. Concebidos inicialmente pelo corpo técnico da SPI, os documentos foram aprimorados com a contribuição de especialistas das diversas áreas, o que permitiu conferir mais consistência e legitimidade às declarações e proposições feitas em cada tema.

O acúmulo de conhecimento foi, sem dúvida, uma das principais estratégias adotadas pela Secretaria em sua nova forma de atuação. No entanto, esse trabalho não consistiu apenas em sistematizar o conhecimento existente; mas, principalmente, em construir conhecimento novo para a elaboração dos principais desafios colocados para cada uma das políticas públicas, bem como das formas de superação desses desafios. O delineamento dos desafios é central para se traçar as estratégias com vistas à sua própria resolução. A construção de conhecimento novo, por seu turno, depende muito da capacidade de análise e de reflexão do corpo técnico da Secretaria.

Merecem destaque, também, as mudanças efetivadas tanto no modelo de gestão do PPA quanto na rotina de trabalho da SPI, que permitiram a imersão da Secretaria no conteúdo das políticas públicas. Alterações substanciais nas rotinas de revisão, monitoramento e avaliação foram empreendidas no cotidiano da SPI, para que fosse possível minimizar as consequências negativas da excessiva vinculação do planejamento ao orçamento e das disfunções do próprio sistema de planejamento.

No que se refere à avaliação e ao monitoramento, o relacionamento com os órgãos e o subsídio a eles para as funções afetas ao ciclo de gestão dos programas foram concentrados em apenas um departamento da Secretaria, enquanto a obrigatoriedade pelo acompanhamento dos programas, notadamente a avaliação, foi delegada aos órgãos responsáveis pela implementação. A SPI, por sua

vez, concentrou os esforços na parte estratégica do Plano (estratégia de desenvolvimento e metas prioritárias).

A alteração que acabou com as revisões anuais obrigatórias do Plano também foi uma modificação importante. Além de conferir estabilidade à despesa e, conseqüentemente, contribuir para a conclusividade das ações, permitiu que os servidores que acompanham os temas tivessem melhores condições para se concentrarem nas políticas e compreenderem os dilemas afetos a elas.

Essas mudanças também permitiram que a SPI avançasse na construção do novo modelo do Plano Plurianual. O modelo pretendido deve considerar os seguintes elementos:

- ter um diagnóstico da situação de cada tema (política pública), com indicadores e com as metas físicas, financeiras e institucionais desejáveis para a materialização dos resultados (efetividade);
- identificar os resultados necessários e desejados pela sociedade para orientar a ação governamental;
- interpretar os desafios para a política pública: definir as principais entregas para a sociedade, onde e quando devem acontecer, em qual intensidade (eficácia);
- pactuar as soluções com os decisores e atores (dialogar com as agendas do orçamento, da gestão, do controle, dos entes federativos, do setor privado e das organizações sociais), de forma a criar as condições para a implementação das políticas;
- monitorar ativamente e avaliar as dimensões tática e estratégica do Plano.

Dessa forma, a estratégia de trabalho da Secretaria em 2010 contemplou estudos, reflexões, análises com vistas à preparação do modelo que deve servir de base para a elaboração do Plano Plurianual 2012-2015.

II. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o Relatório de Gestão

O próximo Plano Plurianual trará os temas formatados como programas, que serão chamados de programas temáticos. Neste sentido, é importante avaliar se o conjunto de temas é adequado ao cenário que precisa ser contemplado pela programação temática do PPA. Além disso, a experiência acumulada com a construção dos Documentos de Referência Temática (particularmente no que se refere à delimitação dos temas), a evolução dos cenários, o amadurecimento de visões e análises podem ensejar atualizações da estrutura de temas e núcleos temáticos.

Também precisa ser considerada uma reorganização dos temas e núcleos internamente às áreas temáticas (temas sociais, de infraestrutura e econômicos e especiais), pois releituras ou novos recortes de políticas públicas podem ficar em regiões de intersecção entre as áreas, necessitando definir ou redefinir a localização de determinados temas.

Dessa forma, no exercício de 2010, foram feitas adequações na definição, na quantidade e na agregação dos temas, que resultaram em uma alteração no conjunto de 51 temas e 16 núcleos temáticos inicialmente proposto.

Em paralelo, avançou-se nas outras etapas. Um objetivo a ser alcançado pela estratégia temática é o fortalecimento do Plano Plurianual com foco no conteúdo das políticas públicas, nas entregas de bens e serviços à sociedade, bem como nas intersetorialidades e transversalidades. Neste sentido, evidenciou-se a necessidade de uma orientação mais clara do que se pretende em cada tema. Notou-se que, além da conformação do tema e das reflexões críticas, é necessário que sejam delineados os desafios colocados para cada tema. Os desafios serão o ponto central dos debates com outros órgãos, especialmente com os órgãos setoriais.

Os desafios expressam com clareza o que deve ser feito em cada política pública para a construção de uma realidade almejada (Visão de Futuro) que dialogue com os Objetivos de Governo e as Agendas Prioritárias (macro-estratégias) para o País. A Visão de Futuro, dessa forma, é uma declaração central acerca da situação desejada para o futuro no tema em análise e que deve nortear as definições dos desafios.

Para construção dos desafios, foram realizadas três oficinas de boas práticas com as equipes da SPI. As oficinas objetivaram compartilhar com os servidores a concepção dos desafios associados ao tema, de forma a multiplicar as boas práticas que nortearam sua elaboração. Cada oficina teve um dia de duração, e os trabalhos foram realizados na Escola de Administração Fazendária (ESAF).

Nas oficinas, foram destacados os princípios norteadores deste trabalho. Os desafios devem ser construídos a partir do conhecimento temático, acumulado por exemplo na elaboração dos Documentos de Referência Temática (DRT). Eles devem expressar as escolhas do governo e orientar taticamente a ação do Estado para o desenvolvimento da política pública. Os desafios devem definir bens, serviços e novos valores para a política pública, cujo avanço possa ser verificado por indicadores relevantes. Neste sentido, eles devem orientar o Plano a perseguir a eficácia, mediante associação a indicadores de cobertura, e a efetividade, por meio de indicadores de impacto, além de orientar o orçamento a perseguir a eficiência.

A revisão dos Documentos de Referência Temática foi outra ação de destaque no exercício a que se refere este Relatório. A atualização dos Documentos é um trabalho permanente, mas que ganhou particular importância por conta da preparação do PPA 2012-2015.

O DRT representa a base conceitual do tema e dá sustentação à estruturação das políticas públicas em temas. Ao tempo em que é fonte de conhecimento para compreensão dos temas e construção dos desafios, deve ser reestruturado pela atualização da própria árvore de temas e pelos novos conhecimentos adquiridos no processo de elaboração dos desafios.

Por óbvio que a reorganização dos temas, necessária para que a lógica temática se traduza na programação do próximo Plano Plurianual, demanda uma profunda revisão de alguns Documentos de Referência Temática e mesmo a construção de outros novos. Mais que isso, esses são trabalhos interligados, uma vez que rever a estrutura temática significa rever os Documentos que delimitam e dão suporte aos temas e núcleos temáticos.

A construção dos desafios, por sua vez, gera um acúmulo de conhecimento considerável que deve ser incorporado aos Documentos de Referência Temática. Uma vez que expressam o que deve ser feito no âmbito de cada tema para que se alcance uma realidade desejada, inclusive pactuando entregas e metas, os desafios dialogam fortemente com o DRT, em particular com as seções: Indicadores, Principais Assuntos Derivados do Tema, Análise Territorial do Tema e Reflexões Críticas. É natural, portanto, que o conteúdo dessas seções seja aprimorado pelo aprendizado com os desafios.

Todas essas ações confluíram para a preparação do novo Plano Plurianual. O PPA 2012-2015 nascerá em um modelo mais aderente às demandas sociais e às transformações desejadas por um novo País e que seja coerente com as necessidades de um Estado indutor e ávido por um modo de planejar que lhe permita agir ao resgatar sua capacidade de implementação. A visão temática será fundamental para a conformação dos principais programas do Plano, os programas de políticas públicas, que serão desdobrados em desafios. Desafios esses que deverão refletir as principais escolhas pactuadas no âmbito do governo; não apenas para declará-las, mas, principalmente, para orientar a coordenação da ação governamental. Pretende-se que o novo Plano Plurianual deixe de

ter relação exclusiva com o orçamento. Além dele, serão consideradas as dimensões de gestão e controle. Deverá levar em conta, também, as relações federativas, com o setor privado e organizações sociais. O foco do Plano será o conhecimento (escolha, orientação e indução).

A realidade brasileira clama por uma ação de governo planejada, que explicita - para os atores sociais - quais as estratégias, as prioridades, os objetivos, as metas e os meios para alcançá-las. A função planejamento deve ser exercida nessa lógica e, por isso, deve em sua essência buscar na construção dos desafios impostos à implementação das políticas públicas as respostas que levem o País a trilhar o caminho do desenvolvimento. Responder às demandas sociais requer da atividade de planejamento a capacidade de reunir e articular em torno de si as agendas e os atores importantes para a viabilização das políticas.

O governo precisa, portanto, articular as condições para entregar os bens e serviços à sociedade de forma tempestiva, no lugar certo, para o público certo, em quantidades e abrangência suficientes. Para isso, foi necessário recuperar a capacidade de implementação das ações equacionando, particularmente, os obstáculos e a lentidão ocasionados tanto pelos veios burocráticos quanto pela insuficiente capacidade de implementação das políticas por parte do Estado, características do período anterior, marcado, entre outros, por baixo crescimento e forte restrição orçamentária.

O próximo PPA contará com dois tipos de programa, entendido como instrumento de priorização e organização da ação governamental que articula um conjunto de iniciativas afins:

- **programa temático:** é um recorte de políticas públicas delimitado a partir de campos do conhecimento com o objetivo de organizar e declarar as iniciativas determinantes para o desenvolvimento. O programa temático, composto por um conjunto de desafios que expressam as prioridades de governo, é dimensionado a partir da agregação adequada para acompanhamento e intervenção (subsídio) da coordenação de governo;

- **programa de gestão ou de manutenção:** é um instrumento que classifica e articula um conjunto de ações orçamentárias afins destinadas ao apoio ou à manutenção da ação governamental.

Pretende-se que o Plano apresente os programas temáticos e seus desafios. O desafio declara as escolhas do governo, definidas a partir do conhecimento, e orienta a implementação das políticas públicas indicando as medidas táticas necessárias para o desenvolvimento das políticas. O escopo do desafio está diretamente relacionado às soluções e, por isso, todo desafio será coerente com a realidade do País, do ponto de vista de sua exequibilidade. As declarações devem estar lastreadas em indicadores que permitam o acompanhamento da eficácia e efetividade da ação pública, de forma a produzir informações para a coordenação governamental.

Dessa forma, é desafio a construção que portar as seguintes características:

- expressa claramente as escolhas do governo;
- orienta taticamente a ação do Estado para o desenvolvimento da política pública;
- define bens, serviços e novos valores para a política pública;
- é exequível, pois tem que remeter à eficácia da política pública, no sentido de cobertura, público, tempo e quantidade (revela os indicadores);
- é transformador, pois tem que levar à efetividade da política pública, no sentido do resultado (revela os indicadores);
- é construído a partir do conhecimento temático.

c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro II - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0802		Denominação: Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União			
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral: conduzir um processo de planejamento participativo, integrado ao orçamento e à gestão					
Objetivos Específicos: gerir o Plano Plurianual e os orçamentos da União de forma integrada e articulada e com a participação da sociedade civil organizada, buscando a co-responsabilidade, a transparência e a melhoria da qualidade do gasto público					
Gerente: Maria Lúcia de Oliveira Falcón			Responsável:		
Público Alvo: governo federal, demais esferas de governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
36.963.000,00	37.243.000,00	22.097.739,00	13.645.301,00	8.452.438,00	13.618.786,00
Informações sobre os resultados alcançados					
Este programa não possui indicadores, pois é do tipo Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan)

Análise crítica

A dotação orçamentária total do Programa para o exercício de 2010 chegava ao montante de R\$ 36.963.000,00. Contudo, o contingenciamento no exercício limitou esse valor a R\$ 22.182.640,00, uma redução a 60% do valor previsto inicialmente. Dos onze localizadores contidos no Programa, nove foram objeto de execução orçamentária e, para todos esses, foi informada a execução física.

Não há indicadores de resultado ou outro indicador de qualquer natureza, pois o Programa é do tipo apoio às políticas públicas e gestão governamental. O contingenciamento não afetou o desenvolvimento das atividades normais das unidades, que conseguiram ser executadas dentro dos novos limites estabelecidos.

A situação da execução do Programa no exercício de 2010 foi considerada adequada. As realizações do Programa, em especial na execução das ações sob responsabilidade da SPI, tem síntese nos seguintes pontos:

- estudos desenvolvidos sobre os temas de políticas públicas, avaliação da estratégia de desenvolvimento e da orientação estratégica do PPA;
- monitoramento dos programas e ações realizado ao longo de 2010 dentro dos moldes desenhados para o PPA 2008-2011;
- Avaliação Anual do PPA, exercício 2009 realizada em 2010, concluída e encaminhada ao Congresso Nacional em conjunto com o Projeto de Lei Orçamentária Anual 2011, ao final do mês de agosto;
- elaboração de Projeto de Lei de Alteração Específica do PPA, finalizado e encaminhado ao Congresso Nacional em julho;
- avanços na integração entre o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e o Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR), no âmbito do desenvolvimento contínuo de módulos do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP);
- a ação de manutenção do SIGPlan proporcionou a continuidade da operação do Sistema de forma a suportar os processos de gestão do ciclo do PPA 2008-2011 ainda não integrados ao SIOP;
- desenvolvimento de metodologia para o monitoramento de obras por imagem de satélite;

- publicação de Guia sobre indicadores que contém o marco conceitual, um guia metodológico e outro de referência para construção de indicadores de programas do PPA. O objetivo do trabalho foi orientar a administração pública, em todas as esferas, na construção e utilização de medidas de desempenho. Tal iniciativa também tinha o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da programação;

- Ação de Avaliação de Viabilidade Técnica e Socioeconômica de Projetos, cuja execução física refere-se aos estudos de viabilidade técnica e socioeconômica avaliados.

Além desses pontos, cabe ressaltar que a atuação sob a lógica de temas de políticas públicas, na organização da área de planejamento, tem sido consolidada e já estão definidos os principais conceitos que balizarão a elaboração do PPA 2012-2015. Conforme já mencionado, o foco de atuação da SPI orientou-se para a produção de análises sob uma perspectiva temática das políticas públicas.

Por essa lógica, o objetivo é dotar as equipes do conhecimento necessário para exercer a coordenação da função planejamento, no âmbito do órgão central de planejamento, influenciando tanto no processo de elaboração das políticas públicas (e nas respectivas escolhas estratégicas) como na implementação das mesmas. A estrutura temática foi a forma encontrada para construir leituras mais adequadas a respeito dos resultados necessários para o desenvolvimento do País e, a partir daí, orientar o planejamento e a implementação das diversas políticas públicas. Tais leituras serão elementos centrais para a proposta do PPA 2012-2015, tanto em sua elaboração quanto na sua gestão.

O resultado do referido esforço é observado na evolução da capacidade do corpo técnico, bem como na qualidade das intervenções e dos produtos elaborados pela Secretaria.

Além das atividades ordinárias do PPA 2008-2011 e do trabalho para dotar as equipes do conhecimento temático necessário para exercer a coordenação da função planejamento, os últimos meses de 2010 foram intensivos em análise e desenho de novo modelo para a elaboração do PPA 2012-2015, sugestões que foram apresentadas no início de 2011 aos novos dirigentes do MP.

As análises realizadas com vistas a conceber o modelo do novo PPA identificaram que fatores estruturais, como a forma de se integrar plano e orçamento, oneraram o PPA com excessivo detalhamento orçamentário, aproximando-o de um orçamento plurianual e lhe extirpando a capacidade de priorização e indução da ação pública, particularmente a ação da coordenação de governo.

Nesses termos, a SPI tem a missão de tornar o PPA capaz de expressar as escolhas do governo e orientar a ação do Estado para o desenvolvimento das políticas públicas, uma tarefa que requer conhecimento aprofundado das razões do atual estágio de desenvolvimento nacional, as possibilidades e limites em cada política pública e solidariedade dentro do governo para delimitar as escolhas e contribuir para orientar a coordenação das ações. O novo modelo, portanto, deverá ser intensivo em conhecimento, o principal valor trabalhado na SPI nos últimos anos, bem como as informações do Plano deverão conter elementos que permitam melhor expressar as dimensões estratégica e tática do planejamento.

Outro aspecto negativo identificado no modelo atual consiste na própria lógica setorial adotada para a elaboração e o monitoramento do PPA, apesar da tentativa de construção dos programas multisetoriais. Ocorre que a velocidade de transformação da realidade não tem aderência exclusiva a nenhuma estrutura setorial, da mesma forma que não há organização que controle todos os recursos necessários para a superação dos desafios postos no plano. Partindo desse princípio, a SPI tem atuado sob a perspectiva temática das políticas públicas, e não com a estruturação dos

processos de gestão do plano como um fim em si mesmo. Assim, o objetivo é que o novo modelo trate as políticas públicas como temas relevantes que perpassam o universo de atuação dos órgãos/ministérios setoriais e que requerem atuação conjunta dessas estruturas para a consecução dos objetivos pretendidos.

No tocante à relação com o orçamento, o nível de contratualização entre ambos não pode continuar sendo o localizador da ação, fato que transforma o PPA em apêndice do orçamento. Ao transformar o plano em um emaranhado de comandos físico-financeiros, há uma indução do monitoramento e a avaliação do PPA a negociarem com unidades de informação que inviabilizam o tratamento da dimensão tática ou estratégica do Plano. Por isso, o novo modelo de Plano deve induzir uma estrutura voltada para perseguir a eficácia e efetividade da ação pública, enquanto o orçamento deve priorizar a esfera da eficiência do gasto. Nesses termos, a construção do próximo plano deve levar em conta as diferenças substanciais entre planejamento e orçamento referentes ao período de tempo considerado, níveis de agregação, relação com unidades organizacionais e enfoque insumo-produto. Toda essa construção foi feita internamente no âmbito da SPI, utilizando o capital intelectual de seus técnicos que operam neste Programa.

II. Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro III - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
04	121	0802	2A39	A	4	Unidade	20	13	68
04	126	0802	110K	P	1	% de execução física	30	30	40
04	121	0802	8864	A	4	Unidade	3	2	5
04	122	0802	8785	A	1	-	-	-	-
04	121	0802	4505	A	4	Unidade	1	1	1
04	126	0802	4254	A	1	Unidade	1	1	1

Fonte: Lei Orçamentária Anual de 2010 e Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan)

Análise crítica

Ação 2A39 - Avaliação de Viabilidade Técnica e Socioeconômica de Projetos

O principal resultado foi o desenvolvimento do Programa de Avaliação Socioeconômica de Projetos pela SPI em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). A iniciativa visou a adaptar o curso de avaliação de projetos anteriormente ministrado pelo ILPES/CEPAL às peculiaridades brasileiras e ao mesmo tempo ampliar a oferta de capacitação na área.

Entre março e junho de 2010, iniciou-se a turma piloto do Programa, onde foram abordados através de ensino à distância conteúdos básicos de economia e matemática financeira, com o objetivo de nivelar o conhecimento dos participantes. A segunda parte, na modalidade presencial, ocorreu entre os dias 07 de junho e 02 de julho e apresentou cinco módulos: Elementos de Avaliação de Investimentos Públicos; Fundamentos da Avaliação Socioeconômica de Projetos e Fluxos de Custos e Benefícios Sociais; Indicadores de Rentabilidade e Análise Distributiva de Custos e Benefícios Sociais; Avaliação de Custos e Benefícios Ambientais; e Ordenamento de Projetos e Avaliação de Riscos e Análise de Sensibilidade em Projetos Públicos. Na última etapa do Programa, ocorrida

entre 02 de agosto e 21 de agosto, os alunos participaram de Oficinas Setoriais de Aplicação do Conhecimento.

Os índices de conclusão de cada curso (todos acima de 90%) foram reconhecidos pela ENAP como bastante expressivos para esta turma piloto do Programa, fruto do comprometimento de participantes, tutores e equipes técnicas envolvidas. Do total de 39 participantes matriculados (11 da SPI e 28 dos diversos órgãos setoriais), 36 concluíram todos os módulos.

Além disso, foram contratados ainda em 2009 uma apostila para o curso de avaliação de projetos do ILPES/CEPAL e dois manuais específicos (recursos hídricos e aeroportos). A apostila deveria servir como material de apoio ao Curso de Avaliação Socioeconômica de Projetos e às oficinas, realizados em maio de 2009, porém foi entregue em versão preliminar em 7 de agosto. A versão final somente foi disponibilizada, ainda em sua versão eletrônica, em 17 de maio de 2010. Mesmo assim, para a versão impressa, foram solicitados ajustes de forma e revisão na tradução realizada.

A adaptação e tradução dos manuais específicos de avaliação de projetos na área de recursos hídricos e aeroportos também sofreram atrasos consideráveis. No caso de recursos hídricos, a primeira versão somente foi disponibilizada no final de fevereiro de 2010 e a segunda versão em maio do mesmo ano. A primeira versão do manual de avaliação de projetos aeroportuários foi finalizada em maio de 2010. Neste momento, é aguardada a revisão final de forma para ambos.

Em relação à meta prevista, é importante salientar que a mesma não foi atingida devido à falta de demanda por parte dos órgãos proponentes de projetos de grande vulto. Como a maior parte dos projetos fora dispensada de apreciação pela Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual pelo Decreto 6.601/2008, foram recebidos apenas 13 projetos, sendo que todos foram avaliados de forma tempestiva.

Ação 110K - Desenvolvimento do Novo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento e do SISPAC

A Ação 110K ampara dois projetos de desenvolvimento de sistemas: o Sistema de Informações de Planejamento e Orçamento (SIOP) e o Sistema de Monitoramento do PAC (SisPAC).

Em 2010, parte do desenvolvimento do Subsistema de Planejamento do SIOP relativa à função de revisão do PPA que se integra ao Orçamento foi feita pelos próprios servidores da SPI, reduzindo a necessidade do gasto previsto. As funcionalidades criadas foram: evolução do modelo de dados para incorporação de ações plurianuais; revisão do PPA 2008-2011 com respectivos relatórios; módulo de Captação quantitativa de ações não orçamentárias.

O desenvolvimento do SisPAC previsto para 2010 contou com a evolução dos seguintes módulos e funções: integração do SisPAC à base de dados do Orçamento para leitura de saldos de funcionais; leitura de marcação de ações específicas do PAC da base de dados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (SOF) e do Orçamento de Investimento das Estatais (DEST); novos relatórios do cadastro para melhor acompanhar as Funcionais e Incorporações/ Desmembramentos/ Substituição de Empreendimentos; ajustes no módulo de Monitoramento e acertos na sua integração com o módulo de Cadastro, visando dar suporte à captação de dados de monitoramento de empreendimentos pelos órgãos; novos relatórios de monitoramento dos dados físicos e financeiros de ações PAC; funcionalidades do Balanço do PAC e seus relatórios de acompanhamento; adequação de todos os módulos do SisPAC para abertura do exercício no novo ciclo do PAC 2, além de cópia de cadastros de empreendimentos e de vinculações de funcionais a empreendimentos de um exercício para o seguinte.

A meta estipulada para 2010 foi alcançada e demonstra a conclusão da etapa dos módulos do SisPAC previstos para o período.

Os resultados obtidos com a execução da ação estão ligados à execução do PAC e, portanto, estão alinhados com os objetivos de médio e de longo prazos da Secretaria no que se refere à sua contribuição para o alcance dos objetivos e prioridades governamentais.

Ação 8785 - Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento

A ação não dispõe de previsão de execução física na LOA, pois foi criada para apropriar as despesas de natureza administrativa decorrentes do apoio à implementação do PAC. Cabe ressaltar que as atividades realizadas correspondem à aquisição de material de processamento de dados, à aquisição de licenças para a utilização de software e à aquisição de imagens de satélite para monitoramento do PAC.

Os resultados alcançados com a execução da ação estão ligados à execução do PAC e, portanto, estão alinhados com os objetivos de médio e de longo prazos da SPI no que tange à sua contribuição para o alcance dos objetivos e prioridades governamentais.

Observa-se, ainda, que a ação não consta do Anexo I - Prioridades e Metas da LDO 2010.

Ação 4505 - Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Plurianual

A ação apresentou 100% de execução de sua meta física. Trata-se de uma meta física não cumulativa, cujo produto é o “Plano Revisado”. Dentre as atividades realizadas no âmbito da ação, podem-se citar:

- o registro informatizado da execução física e financeira das ações e dos programas do Plano Plurianual e das restrições à sua implementação;
- a avaliação dos programas do PPA quanto aos resultados, à concepção e à implementação, sendo que a Avaliação Anual do exercício de 2009 foi concluída e encaminhada ao Congresso Nacional em conjunto com o Projeto de Lei Orçamentária Anual 2011, ao final do mês de agosto. Nesse processo, destaca-se a energia dispensada junto aos órgãos na tentativa de minimizar as inconsistências relativas aos indicadores dos programas;
- a elaboração e o encaminhamento do Projeto de Lei de Alteração Específica do PPA ao Congresso Nacional. Esse projeto teve como objetivo primordial a inclusão dos empreendimentos do PAC 2.

Ademais, nos últimos meses de 2010, a proposta para o processo de elaboração do PPA 2012-2015, que concentrou todos os esforços da SPI, foi finalizada no âmbito da Secretaria. A proposta foi apresentada no início de 2011 aos dirigentes do MP.

Dessa forma, conclui-se que o impacto dos resultados da ação em tela nos objetivos de médio e de longo prazos da SPI é muito relevante, na medida em que permeia todos os processos criativos, processuais e de gestão relativos ao PPA.

Esta ação também não consta do Anexo I - Prioridades e Metas da LDO 2010.

Ação 4254 - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual

A ação de manutenção do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual (SIGPlan) proporcionou a continuidade da operação do sistema de forma a suportar os processos de gestão do ciclo do PPA 2008-2011. A meta física do produto “Sistema Mantido” no ano de 2010 (1 Unidade) foi alcançada.

Dentre as principais funcionalidades mantidas, destacam-se: Avaliação PPA 2010 referência 2009; composição da base de dados e construção de relatórios para PPA Vigente 2010; evoluções em Relatórios de Execução e Financeira do Módulo de Monitoramento; evolução na carga de dados de estatais; evolução dos WebServices de Exportação e Importação dos dados de Monitoramento entre SIGPlan e InfraSIGs; evolução das visões de ações (grupamentos); preparação da base de dados do SIGPlan para compor a PLOA, LOA e créditos 2010 a partir do SIOP/SIDOR com vistas ao monitoramento; evolução nos perfis de acesso ao sistema.

Os resultados alcançados impactam os objetivos de médio e de longo prazos da Secretaria, na medida em que suportam etapas do ciclo do PPA 2008-2011 não migradas pelo processo de integração de sistemas conduzido no SIOP e previstas para construção respeitando as novas regras do PPA 2012-2015.

Ação 8864 - Estudos de Apoio ao Planejamento

Esta ação compreende a elaboração de estudos para o fortalecimento da atividade de planejamento, mediante o desenvolvimento de metodologias para a formulação de políticas e programas, para o monitoramento e avaliação de programas e projetos, para a melhoria da gestão dos programas e para o planejamento territorial de médio e de longo prazos.

Para o exercício de 2010, foi prevista a realização de 03 estudos, sendo efetivadas as publicações intituladas “Portal do Planejamento - Conhecimento das Políticas Públicas Organizado em Temas” e “Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 - Avaliação da Dimensão Estratégica - Exercício 2010, Ano-Base 2009”.

O terceiro estudo compreenderia a publicação do conjunto dos 55 Documentos de Referência Temática, encadernados em três volumes (correspondentes às três áreas temáticas). Entretanto, não houve esta publicação, ficando a execução física da ação em 66,67%.

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

I. Programação Orçamentária da Despesa

Quadro IV - Identificação as Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	47101	201002

Os quadros relacionados à Programação de Despesas Correntes, Programação de Despesas de Capital e o Quadro Resumo da Programação de Despesas, indicados pela Portaria TCU nº 277/2010, não se aplicam à SPI, pois a Secretaria não é Unidade Orçamentária (UO) nem possui Unidade Gestora (UGO) consolidada ou agregada que tenha registrado contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA.

O item 2.4.1 da Portaria TCU nº 277/2010 informa que:

*“**Importante:** Os quadros A.2.4, A.2.5 e A.2.6 a seguir descritos somente devem ser preenchidos pelas UJ que são UO ou que tenham, entre as suas unidades consolidadas ou agregadas, Unidade Gestora (UG) que tenha registrado*

contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício”.

Quadro V - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos	114601 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	47101.04.121.0802.8864	-	-	40.000,00
		114702 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública	47101.04.121.0802.4505	-	-	27.486,00
		201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	47101.04.126.0802.110K	-	-	1.100.000,00
		201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	47101.04.121.0802.2A39	-	-	341.029,25
		201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	47101.04.126.0802.4254	-	-	1.980.000,00
		201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	47101.04.121.0802.4505	-	-	1.126.822,03
		201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	47101.04.121.0802.8864	-	-	650.000,00
	Recebidos	-	-	-	-	-
Externa	Concedidos	110120 - Agência Brasileira de Inteligência	47101.04.121.0802.4505	-	-	3.749,25
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema de Informações Setoriais de Planejamento, Orçamento e Gestão (SISPLAN)

Análise Crítica

No exercício de 2010, não houve recebimento de créditos orçamentários pela UJ. Também não houve concessão de créditos para realização de despesas de capital, seja por movimentação interna ou externa. Dos créditos concedidos para realização de despesas correntes - R\$ 5.269.086,53 -, verifica-se que somente R\$ 3.749,25 foram por movimentação externa, o que representa 0,07% do total. Trata-se de montante destacado para Agência Brasileira de Informação (ABIN), que auxilia na encadernação e acabamento do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual, entregue em setembro ao Congresso Nacional.

Dos créditos internos concedidos para realização de despesas correntes - R\$ 5.265.337,28 -, observa-se que a maior parte, 98,72%, foi provisionada para a UG 20103 - Coordenação de

Execução Orçamentária e Financeira, que é a unidade responsável financeira e contabilmente pelos recursos alocados para a execução das ações da SPI. Apenas R\$ 40.000,00 e R\$ 27.486,00 foram destacados para a UG 114601 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a UG 114702 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), respectivamente. O IBGE, por meio de sua gráfica, apóia a impressão de determinadas publicações da SPI, enquanto a ENAP é importante parceiro na realização de cursos e oficinas no âmbito das atividades da Secretaria.

II. Execução Orçamentária da Despesa

As informações sobre a Execução Orçamentária da Despesa solicitadas pela Portaria TCU nº 277/2010 estão divididas em dois conjuntos de demonstrativos:

1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ;
2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.

Ao explicar esses demonstrativos, o item 2.4.2 da Portaria TCU esclarece que:

“(...) Assim, o conjunto relacionado no item 1 somente deverá ser preenchido pelas UJ que também tenham preenchido os três (3) primeiros quadros da PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Quadros A.2.4, A.2.5 e A.2.6), enquanto o relacionado no item 2 deve ser preenchido por todas as UJ que tenham sido beneficiárias desses créditos”.

Conforme mencionado neste Relatório, os quadros relacionados à Programação de Despesas Correntes, Programação de Despesas de Capital e o Quadro Resumo da Programação de Despesas (Quadros A.2.4, A.2.5 e A.2.6) não foram preenchidos, uma vez que a SPI não é Unidade Orçamentária (UO). Portanto, os demonstrativos relacionadas no item 1 acima não devem ser preenchidos pela SPI.

Como a Secretaria não foi beneficiária de créditos recebidos por movimentação, os demonstrativos relacionados no item 2, por sua vez, também não devem ser preenchidos por esta Unidade Jurisdicionada para o exercício de 2010.

III. Indicadores Institucionais

Para fins deste Relatório de Gestão, serão considerados os indicadores institucionais elaborados em atendimento à Portaria MP nº 400, de 9 de setembro de 2010.

A Portaria em questão aprovou os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho institucional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de suas unidades, para fins de pagamento das gratificações de desempenho existentes no âmbito do Ministério, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010.

As metas de desempenho institucional são fixadas anualmente, por unidade do Ministério, para os períodos de setembro a fevereiro e de março a agosto. As metas devem ser mensuráveis e utilizar como parâmetros indicadores de desempenho que visem a aferir os produtos e serviços relacionados à atividade finalística do Ministério.

Em consonância com as orientações da Portaria, a SPI fixou como meta global de desempenho institucional “Melhorar a Gestão do Plano Plurianual”. A meta será apurada por meio de dois

indicadores, que são apresentados no quadro abaixo juntamente com os valores de referência estipulados para o período de setembro de 2010 a agosto de 2011.

Quadro VI - Indicadores Institucionais para o período de setembro de 2010 a agosto de 2011

Indicador 1: Estudos de Apoio ao Planejamento Elaborados no Período		
Fórmula de Cálculo: (Quantidade de desafios dos temas elaborados no período / N° total de temas) x 100		
Unidade de medida: percentual	Periodicidade: semestral	Fonte: Diretoria de Planejamento
Valor de Referência: sem histórico anterior		
Previsto		
SET2010/FEV2011	MAR2011/AGO/2011	
90%	-	
Indicador 2: Estudos de Apoio ao Planejamento Revisados no Período		
Fórmula de Cálculo: (Quantidade de documentos de referência revisados no período / N° total de documentos) x 100		
Unidade de medida: percentual	Periodicidade: semestral	Fonte: Diretoria de Planejamento
Valor de Referência: sem histórico anterior		
Previsto		
SET2010/FEV2011	MAR2011/AGO/2011	
-	90%	

Os indicadores em questão procuram medir produtos desenvolvidos pela Secretaria que contribuem diretamente para o alcance da meta global de desempenho institucional. Cumpre salientar que a produção da SPI no desempenho de suas atribuições regimentais é bastante ampla, envolvendo desde a construção de normas até a coordenação do ciclo do planejamento. Entretanto, os indicadores selecionados buscam mensurar, ainda que de forma incompleta, os esforços empreendidos na preparação e desenvolvimento do novo modelo de Plano Plurianual.

O novo Plano Plurianual será fortemente voltado ao tratamento dos componentes que viabilizem a política pública e evidenciem seus resultados, revelando os diagnósticos, as escolhas, as prioridades e os elementos necessários à construção de um ambiente institucional propício à implementação das políticas. Caminhando neste sentido, a SPI buscou acumular conhecimento nos diversos temas de políticas públicas, principalmente pelo desenvolvimento dos Documentos de Referência Temática. Este é um trabalho permanente, pois a dinâmica das políticas públicas exige que os Documentos estejam em constante atualização.

Finalizada a primeira versão dos Documentos de Referência Temática, os esforços da Secretaria se concentraram no desenho dos desafios colocados para cada tema. Os desafios procuram expressar o que deve ser feito em cada política pública para a construção de uma realidade almejada que dialogue com os objetivos de governo e as agendas prioritárias para o País.

Dessa forma, o primeiro indicador objetiva medir a produção dos desafios, sendo calculado pela razão entre a quantidade de temas que tiveram desafios elaborados no período e o número total de temas, com o resultado expresso em porcentual.

O segundo indicador, por sua vez, procura retratar a revisão dos Documentos de Referência Temática, sendo expresso pela razão entre a quantidade de temas cujos documentos foram revisados no período e o número total de temas. O resultado desta proporção também é dado na forma de porcentagem.

Observa-se que os dois indicadores atendem aos requisitos de mensurabilidade e utilidade, pois são de fácil aferição e permitem à Direção da SPI tomar decisões relacionadas ao desempenho da Secretaria na confecção de seus produtos.

Apesar de esses indicadores terem sido estabelecidos no exercício de 2010, a primeira apuração será realizada apenas em março de 2011. Por esse motivo, são apresentados no quadro abaixo os indicadores institucionais que estavam vigentes até então, acompanhados dos quantitativos realizados nas duas últimas apurações.

Quadro VII - Indicadores Institucionais para o período de setembro de 2009 a agosto de 2010

PPA 2008-2011		Metas de Desempenho Institucional						
Programa	Ação / Produto / Unidade		Produto / Meta Física	Unidade de Medida	Set2009/ Fev2010		Mar2010/ Ago2010	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União	Estudos de Apoio ao Planejamento	Elaboração e atualização interna dos Documentos de Referência Temática – DRT's – vinculados aos temas de Infraestrutura.	DRT em elaboração	Unidade	15	15	15	15
	Avaliação de Viabilidade Técnica e Socioeconômica de Projetos	Pareceres emitidos pela SPI, no período, sobre projetos de Grande Vulto, de análise obrigatória, recebidos em conformidade com a metodologia definida em manual específico e em prazo suficiente para avaliação.	Parecer emitido pela SPI	% de execução física	90	100	90	100
	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	Validação ou devolução com justificativa dos cadastros de empreendimentos em execução do PAC, sujeitos a autorização de empenho, recebidos pela SPI com preenchimento dos campos obrigatórios para a liberação dos recursos.	Empreendimentos do PAC com cadastro avaliado	% de execução física	70	99,36	70	99,59

Nota-se que o conjunto de indicadores do Quadro VII abrangia também atividades relacionadas à análise de projetos de Grande Vulto e ao cadastro de empreendimentos do PAC, enquanto que o atual rol de indicadores é mais focado na melhoria da gestão do Plano Plurianual. Entretanto, o conjunto anterior de indicadores também obedecia aos critérios de utilidade e mensurabilidade.

Finalmente, vale a pena observar que, nas duas aferições apresentadas no Quadro VII, a SPI superou as metas estipuladas para os períodos em análise.

5. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

As informações sobre Restos a Pagar de Exercícios Anteriores são apresentadas em dois quadros, um com os totais do Programa 0802 - Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União e outro com valores referentes apenas às ações sob responsabilidade da SPI.

Quadro VIII - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores do Programa 0802

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	4.044,62	0,00	4.044,62	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	7.810.063,68	2.702.822,88	4.865.315,94	241.924,86
2008	1.640.523,42	1.517.642,67	122.880,75	0,00
Observações: saldos referentes ao Programa 0802				

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

Quadro IX - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores das ações sob responsabilidade da SPI

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	2.521.629,39	230.839,29	2.083.320,29	207.469,81
2008	522.288,92	399.408,17	122.880,75	0,00
Observações: saldos referentes às ações sob responsabilidade da SPI				

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

Análise Crítica

O montante dos Restos a Pagar acumulado inscrito no conjunto de ações sob responsabilidade da SPI representou 8,17% do orçamento da Unidade no exercício de 2010. Nota-se, também, que este valor representa 32,19% do total dos Restos a Pagar do Programa 0802.

Analisando o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2009, no que se refere à SPI, observa-se que houve uma redução significativa do volume de Restos a Pagar de anos anteriores inscritos para o exercício de 2010. Em 2009, houve uma inscrição de R\$ 7.810.470,54, enquanto que, em 2010, este valor ficou em R\$ 3.043.918,31, o que representa uma redução de 61,03%.

Vale destacar, ainda, que o Saldo a Pagar em 31/12/2009 era de R\$ 2.133.693,65, enquanto que em 31/12/2010 este valor ficou em apenas R\$ 207.469,81. Isto representa um avanço substancial para o exercício de 2011, melhorando a operacionalização da gestão orçamentária e financeira, uma vez

que haverá um volume reduzido de Restos a Pagar para ser executado em conjunto com o orçamento corrente.

Ressalta-se que a taxa de execução do saldo de Restos a Pagar manteve-se acima de 70% em ambos exercícios. A redução do saldo ao final de 2010 é devida principalmente pelo menor volume de Restos a Pagar inscritos para 2010 e em parte ao cancelamento acumulado no exercício.

6. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

a) Composição do quadro de servidores ativos

Quadro X - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	300			14
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	270	
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	1	1
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos	0	0	0	0
1.4.2 Removidos	0	0	0	0
1.4.3 Licença remunerada	0	0	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	0	0	0	0
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.2.4 Sem vínculo	0	0	3	2
2.2.5 Aposentado	0	0	0	0
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Provimento Sem cargo em comissão				
3.1. Lei da Anistia (Lei 8.878/94)	0	0	3	0
3.2. Requisitados (anterior ao Dec. 4.050/2001) *	0	0	0	0
3.3. GSISP e GSIST (Lei 11.356/06 e 11907/09)	0	0	0	0
3.4. FCT (MP 2.229-43/01)	0	0	0	0

(*) servidores oriundos do ex-MARE e da SAF, vinculados à Presidência da República.

Fonte: Coordenação-Geral de Pessoas (COGEP) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Quadro XI - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	47	59	30	16	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	3	14	10	7	3
1.5. Servidores em Exercício Descentralizado	107	79	32	28	8
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	1	3	1	2

2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0
3. Provimento Sem cargo em comissão					
3.1. Lei da Anistia (Lei 8.878/94)	0	0	2	2	0
3.2. Requisitados (anterior ao Dec. 4.050/2001) *	0	0	3	0	1
3.3. GSISP e GSIST (Lei 11.356/06 e 11907/09)	0	0	0	1	0
3.4. FCT (MP 2.229-43/01)	0	0	0	0	0
(*) servidores oriundos do ex-MARE e da SAF, vinculados à Presidência da República.					

Fonte: Coordenação-Geral de Pessoas (COGEP) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Quadro XII - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	8	143	3	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	2	35	0	0	0
1.5. Servidores em Exercício Descentralizado	0	0	0	0	0	253	1	0	0
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	2	5	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Provimento sem cargo em comissão									
3.1. Lei da Anistia (Lei 8.878/94)	0	0	0	0	4	0	0	0	0
3.2. Requisitados (anterior ao Dec. 4.050/2001) *	0	0	0	0	1	2	0	0	0
3.3. GSISP e GSIST (Lei 11.356/06 e 11907/09)	0	0	0	0	1	1	0	0	0
3.4. FCT (MP 2.229-43/01)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.									
Observação:									
(*) servidores oriundos do ex-MARE e da SAF, vinculados à Presidência da República.									

Fonte: Coordenação-Geral de Pessoas (COGEP) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Quadro XIII - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária		2
1.2 Compulsório		0
1.3 Invalidez Permanente		0
1.4 Outras		0
2 Proporcional		
2.1 Voluntária		0
2.2 Compulsório		0

2.3	Invalidez Permanente		0
2.4	Outras		0

Fonte: Coordenação-Geral de Pessoas (COGEP) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Quadro XIV - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	0	0
2. Proporcional	0	0

Fonte: Coordenação-Geral de Pessoas (COGEP) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

c) Composição do quadro de estagiários

Quadro XV - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
• Área Fim	3	1	2	2	R\$ 10.009,33
• Área Meio	0	0	0	0	0
Nível Médio					
• Área Fim	0	0	0	0	0
• Área Meio	0	0	0	0	0

Fonte: Coordenação-Geral de Pessoas (COGEP) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Quadro XVI - Custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	8.911.957,79	1.591.852,76	5.925.887,09	393.828,51	238.305,53	106.117,62	44.055,76	17.212.005,06
2009	17.836.463,66	1.690.065,30	3.324.333,76	513.205,09	285.547,78	149.880,92	2.055,40	23.801.551,91
2010	26.547.826,66	1.764.353,93	7.330.244,64	716.964,24	1.182.586,81	136.209,05	31.515,26	37.709.700,59
Servidores com Contratos Temporários								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	2.226.321,01	69.953,99	1.364.949,02	103.585,84	44.379,93	74.556,32	9.376,94	3.893.123,05
2009	4.050.039,06	76.026,76	693.027,20	125.131,15	46.718,06	77.971,05	1.857,40	5.070.770,68
2010	4.702.133,94	41.783,89	762.922,45	118.474,13	94.542,16	84.071,89	4.000,00	5.807.928,46
Servidores em Exercício Descentralizado								
2008	27.630,22	1.423,53	6.381,96	4.275,16	323,98	1.881,06	0	41.915,91
2009	9.900,26	0	4.616,88	0	161,99	0	0	14.679,13
2010	73.928,11	0	27.163,82	106,81	6.485,48	604,73	0	108.288,95

Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	24.072,63	307.059,25	43.610,31	8.994,96	5.279,41	0	0	389.016,56
2009	35.287,81	282.591,96	37.549,27	6.507,92	6.155,62	0	0	368.092,58
2010	38.490,64	218.576,70	25.033,57	6.271,53	11.156,85	0	0	299.529,29
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores requisitados sem cargo em comissão								
2008	3408,54	3467,04	57.758,50	1.216,37	1.943,88	0	0	67.794,33
2009	3.399,51	646,72	42.166,21	1.456,78	485,97	0	0	48.155,19
2010	-731,77	-211,68	45.977,47	1.279,83	3.344,00	0	0	49.657,85

Fonte: Coordenação-Geral de Pessoas (COGEP) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

e) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro XVII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA)															
UG/Gestão: 201004						CNPJ: 00.489.828/0003-17									
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2009	V	O	55	SANTA HELENA VIGILÂNCIA 38.019.733/000 1-40	01/10/2009	30/09/2011					63	63			P
2006	L	O	03	CONTAL EMPREITEIRA DE REFORMAS E SERVIÇOS 02.669.075/000 2-76	13/02/2006	12/02/2011									P
Observações: 1) o contrato com a Santa Helena foi celebrado pela SPOA para o MP; 2) o contrato com a Contal foi celebrado pela SPOA para o MP e são contratados m ² (metros quadrados), e não postos de serviço. Por isso, não é possível mensurar exatamente quantos postos de serviço tem no MP.															
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.															

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Contratos (CGCON) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Quadro XVIII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA)														
UG/Gestão: 201004							CNPJ: 00.489.828/0003-17							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	1	O	69	MA Resende Costa 04.387.843/001-43	17/11/2009	16/11/2011			90	90				P
2005	1	O	15	Servegel Apoio Adm. e Sup. Operacional 01.608.603/001-33	01/12/2005	31/12/2010					35	10		E
2009	1	O	05	AJ Serviços 02.633.573/001-88	02/01/2009	01/01/2012	87	87						P
2010	3	O	72	WR Comercial de Alimentos e Serviços 06.091.637/001-17	05/11/2010	04/11/2011	97	97						P
2009	2	O	76	Delta Engenharia, Indústria e Comércio Ltda	01/01/2010	31/12/2011			55	55	3	3		
2010	5	O	56	Santa Helena Urbanização e Obra 00.32.227/001-19	02/08/2010	01/08/2011			31	31				
Observações: <ol style="list-style-type: none"> o contrato com a MA Resende foi celebrado pela SPOA para o MP, e estão alocados na SPI 7 postos de serviços de secretariado; o contrato com a Servegel foi celebrado com a SPOA para o MP; o contrato com a AJ Serviços foi celebrado com a SPOA para o MP, e estão alocados na SPI 2 postos de serviço de Auxiliar de Apoio Administrativo; o contrato com a WR Comercial foi celebrado com a SPOA para o MP, e os funcionários ficam alocados por andar; o contrato com a Delta Engenharia foi celebrado pela SPOA, e os funcionários ficam alocados por bloco, nos Blocos "C" e "K" e no prédio da "SOF"; o contrato com a Santa Helena Urbanização foi celebrado com a SPOA para o MP, e foram contratados postos de serviço compostos por um determinado número de brigadistas. 														
LEGENDA Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;														

2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Contratos (CGCON) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Quadro XIX - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
69 - MA RESENDE	1	7	SPI
05 - AJ SERVIÇOS	1	2	SPI
LEGENDA			
Área:			
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;	2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	3. Serviços de Copa e Cozinha;	4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
			5. Serviços de Brigada de Incêndio;
			6. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;
			7. Higiene e Limpeza;
			8. Vigilância Ostensiva;
			9. Outras.
Observação: os contratos acima mencionados foram celebrados pela SPOA para o MP, e as quantidades indicadas são os postos que estão alocados nesta Secretaria.			

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Contratos (CGCON) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

A SPI não dispõe de indicadores gerenciais, propriamente ditos, sobre recursos humanos, apesar de monitorar permanentemente a força de trabalho de que dispõe, qualitativa e quantitativamente.

Diante dos desafios de implantação da estratégia temática e de fortalecimento da função planejamento, o quantitativo de pessoal da Secretaria tem-se mostrado insuficiente. Na tentativa de amenizar esta situação, no exercício de 2010, houve um incremento do corpo de funcionários, com o ingresso de 20 Analistas de Infraestrutura, 2 Agentes Administrativos e 1 Analista Técnico-Administrativo, além da realização de concurso público para o provimento de 100 cargos na Carreira de Analista de Planejamento e Orçamento.

Cumprе ressaltar que foi realizado concurso público para o preenchimento de 200 vagas da Carreira de Analista de Infraestrutura no exercício de 2010 (posteriormente, foi autorizada a convocação de mais 100 concursados). Entretanto, como esses servidores são lotados em diversos ministérios, apenas 20 ingressaram efetivamente na SPI. Dentre as atribuições deste cargo, criado pela Lei nº 11.539/2007, estão o planejamento, a implementação e a execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte.

Os Agentes Administrativos e o Analista Técnico-Administrativo vieram para substituir servidores terceirizados, reforçando o quadro de pessoal em atividades de apoio administrativo desta Secretaria.

Para 2011, com a nomeação e posse dos aprovados no concurso da Carreira de Analista de Planejamento e Orçamento realizado em 2010, há a expectativa de reforçar as equipes de trabalho da SPI, o que contribuirá para o cumprimento dos desafios que são colocados a esta Unidade.

7. INFORMAÇÕES SOBRE A ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA

O art. 1º da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, torna obrigatória a apresentação da declaração de bens e renda, no momento da entrada e da saída do cargo, bem como no final de cada exercício financeiro, de todos que exerçam cargos, empregos ou funções de confiança.

Segundo informações repassadas pela Coordenação de Acompanhamento Funcional e Pagamento (COAFP) da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP), a situação desta Unidade Jurisdicionada está regular, seja por constar nos arquivos da COAF ou a declaração de bens e renda ou a autorização para acesso à declaração dos ocupantes de cargo em comissão desta Unidade.

A autorização supramencionada permite o acesso às declarações anuais apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com as respectivas retificações, suprimindo a necessidade da entrega da declaração em papel.

8. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

Quadro XX - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: as afirmativas constantes do quadro foram analisadas em conjunto pela Direção da SPI.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
<p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

9. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ

Quadro XXI - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação ⁽¹⁾				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor. ⁽²⁾					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					5 servidores da carreira de Analista de Planejamento e Orçamento
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.				X	
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação. ⁽³⁾					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico. ⁽³⁾					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI				X	
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					Entre 60 e 85% correspondente aos serviços prestados pelo SERPRO
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI. ⁽⁴⁾					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais: (1) os quesitos foram respondidos em conjunto pelas coordenadoras da Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Planejamento hierarquicamente contida no Departamento de Gestão do Ciclo de Planejamento na estrutura administrativa da SPI; (2) tanto o Planejamento Estratégico de TI quanto o PDTI são feitos no âmbito da SLTI/MP com entrevistas à SPI; (3) no âmbito da SLTI/MP; (4) o planejamento e a elaboração de contratos são feitos na SLTI/MP, a gestão do contrato é feita na SPOA/MP, a verificação das entregas específicas da SPI é feita na própria SPI/MP.					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					

(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					
--	--	--	--	--	--

10. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Quadro XXII - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	029.094/2008-0	102/2009-PLENÁRIO	9.1.1	RE	OFÍCIO N° 49/2009 TCU/SEMAG-Gabinete
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
<p>9. Acórdão:</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Acompanhamento do processo de elaboração do Plano Plurianual para 2008/2011, com o objetivo de avaliar os atributos dos programas finalísticos ali consignados, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. recomendar à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:</p> <p>9.1.1 adote providências com vistas ao aprimoramento da estratégia de capacitação adotada na gestão do PPA 2008/2011, tais como formação de novos instrutores em outras instituições capazes de disseminar as informações contidas na metodologia para a gestão do PPA 2008/2011, a exemplo da Enap e das próprias Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs), bem como publicidade dos cursos existentes.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Síntese da providência adotada:					
<ul style="list-style-type: none"> - Foi disponibilizado conteúdo relativo à elaboração e gestão do PPA em 5 oficinas regionais na Semana de Administração Orçamentária e Financeira. - Foi ministrado um curso específico em parceria com a ENAP voltado para capacitação dos servidores na análise de projetos com vistas à formação de pessoal apto a identificar a pré-viabilidade sócio econômica dos projetos. - Foram realizadas oficinas de modelo lógico em parceria com a ENAP mediante solicitação dos órgãos. Não obstante, sempre que possível, a SPI atende a demandas pontuais para esclarecimentos e palestras relativos ao ciclo de gestão das políticas, além de contar com um serviço de atendimento e suporte por e-mail e telefone, que dá suporte técnico e conceitual às UMAs de forma intensiva. 					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>A presença da SPI na Semana de Administração Orçamentária e Financeira proporcionou a disseminação de diversos conceitos relacionados à elaboração e gestão do PPA. Por meio dela, cerca de 1.500 servidores puderam ter contato com as oficinas de planejamento.</p> <p>Além disso, como os conceitos relativos a este PPA já estão relativamente disseminados, vários ministérios contratam diretamente consultores para realizar planejamento estratégico, oficina de indicadores, entre outros, fato que ajuda na disseminação dos atuais conceitos.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>A disponibilidade da ENAP contribuiu para que as oficinas fossem realizadas, da mesma forma que a estruturação da Semana de Administração Orçamentária e Financeira por parte da ESAF.</p> <p>No tocante às dificuldades, como alguns aspectos tanto da metodologia quanto da gestão do plano são questionáveis e, por isso, estão sendo aprimorados, a SPI tem concentrado energia tanto no suporte do governo relativo à gestão do PAC quanto no desenvolvimento do novo modelo do PPA. Por isso não faz sentido orientar toda a Secretaria para a disseminação de conceitos que estão sendo reformulados.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	029.094/2008-0	102/2009-PLENÁRIO	9.1.4	RE	OFÍCIO N° 49/2009 TCU/SEMAG-Gabinete
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
<p>9. Acórdão:</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Acompanhamento do processo de elaboração do Plano Plurianual para 2008/2011, com o objetivo de avaliar os atributos dos programas finalísticos ali consignados, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. recomendar à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:</p> <p>9.1.4. insira no Manual de Elaboração de Programas do PPA metodologia detalhada de elaboração de indicadores, com conceitos definidos e técnicas que possibilitem aos órgãos construir indicadores que sejam aferíveis, coerentes, sensíveis e apuráveis e que contenham metas coerentes com os objetivos dos programas.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Síntese da providência adotada:					
<p>Para aprimorar o processo de produção de informações, a SPI publicou o Guia Metodológico para a Construção de Indicadores de Programas. O objetivo do trabalho foi orientar a Administração Pública, em todas as esferas, na construção e utilização de medidas de desempenho. O conteúdo do guia aborda tanto uma visão conceitual desenvolvida a partir de ampla pesquisa bibliográfica, em que foram consideradas publicações nacionais e internacionais, quanto uma visão instrumental na qual destacam-se a apresentação de um método de oito passos para a construção de indicadores de resultado e uma dinâmica de aplicação desse método.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>De forma geral, os órgãos demonstraram interesse no documento e procuraram a Secretaria para detalhar as informações presentes no guia.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>Na relação entre indicador e objetivo de programa, o principal fator que prejudica essa identificação de resultados é a própria forma de concepção dos programas. Na verdade, há uma diferença entre o nível de agregação adequado para a coordenação do governo e o nível de agregação adequado para a gestão dos órgãos. O referencial altera as dimensões estratégicas, tática e operacional. Em outros termos, o que é estratégico para determinada política setorial pode não ser estratégico para a política do governo. Por isso, há uma grande variação na dimensão dos programas e até mesmo na racionalidade que motivou essas construções. Programas imensos coexistem com programas minúsculos, apesar da metodologia comum. Essa variação, que é fortemente influenciada pela construção do orçamento, termina contaminando a racionalidade dos programas, fato que dificulta a associação de indicadores para os objetivos. Caso fossem utilizados indicadores consagrados em políticas públicas e os programas representassem agregações adequadas à coordenação do governo, dificilmente haveria tanto problema com os indicadores. Apesar disso, a SPI tem trabalhado para minimizar as inconsistências nos indicadores, enviando ofício cobrando os preenchimentos dos atributos, revendo alguns indicadores e auxiliando os órgãos com dúvidas metodológicas.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

3	029.094/2008-0	102/2009-PLENÁRIO	9.1.5	RE	OFÍCIO N° 49/2009 TCU/SEMAG-Gabinete
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
9. Acórdão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Acompanhamento do processo de elaboração do Plano Plurianual para 2008/2011, com o objetivo de avaliar os atributos dos programas finalísticos ali consignados, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em: 9.1. recomendar à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que: 9.1.5. reveja a programação das oficinas de modelo lógico, de forma que possa ser reservado um tempo maior para a discussão sobre indicadores.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Síntese da providência adotada:					
As oficinas são customizadas. Geralmente os trabalhos são desenvolvidos em dois dias na ENAP, mas a pré-montagem envolve diversas discussões que podem estar circunscritas ou não aos indicadores, tudo depende da concertação entre o órgão que solicita a oficina, a SPI, o consultor e a ENAP.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não foram registradas reclamações sensíveis sobre o espaço para tratamento dos indicadores. A despeito disso, houve diversas tentativas com os órgãos para que eles prestassem as informações necessárias para a avaliação da viabilidade de alcance do indicador ao final do PPA.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	029.094/2008-0	102/2009-PLENÁRIO	9.2	RE	OFÍCIO N° 49/2009 TCU/SEMAG-Gabinete
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
9. Acórdão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Acompanhamento do processo de elaboração do Plano Plurianual para 2008/2011, com o objetivo de avaliar os atributos dos programas finalísticos ali consignados, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em: 9.2. recomendar à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Gabinete Civil da Presidência da República, aos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Defesa, da Fazenda, da Integração Nacional, da Justiça, das Comunicações, de Minas e Energia, do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Turismo e dos Transportes, e à Secretaria Especial dos Direitos Humanos, que busquem preencher todas as informações faltantes no SIGPlan, em consonância com o Manual de Elaboração de Programas do PPA 2008-2011.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Síntese da providência adotada:					
Em todo processo de captação da LOA os órgãos podem alterar os dados qualitativos de programas e ações. Sempre foi assim. Independentemente disso, para aprimorar a qualidade das informações no Plano, a SPI investigou a qualidade dos indicadores em 210 programas finalísticos e 27 programas de apoio. Os resultados demonstraram que os					

760 indicadores existentes apresentam um total de 683 inconsistências de preenchimento de atributos, sendo 206 (31%) a falta de previsão de índices para 2010 e 2011, 195 (28%) a não apuração dos índices de 2008 e 2009 e 157 (23%) a não existência de índices de referência.

Após a identificação das inconsistências, foram excluídos 53 indicadores a partir da avaliação dos Ministérios. Em seguida, foi montada uma agenda de trabalho para preenchimento dos atributos faltantes. O intuito do trabalho é permitir que, em 2011, o PPA traga medidas de desempenho de programas mais válidas, confiáveis e apuráveis. A SPI questionou os órgãos, por e-mail e ofício, sobre as informações faltantes que inviabilizam a análise sobre o comportamento dos programas.

Síntese dos resultados obtidos

O processo de elaboração da fase qualitativa da LOA contribui para que os órgãos qualifiquem as informações sobre os programas e ações. Anualmente o Ministério do Planejamento disponibiliza o sistema para que os órgãos façam as devidas alterações/inclusões de informações. Além disso, há um processo de publicação do cadastro de ações orçamentárias, liderado pela SOF, que possibilita aos órgãos aperfeiçoar atributos das ações. Isso também contribui para melhoria das informações do cadastro. Em suma, a SPI oferece, em conjunto com a SOF, ferramentas para que os órgãos atualizem as informações.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O processo de elaboração da fase qualitativa da LOA termina contribuindo pra que os órgãos qualifiquem as informações sobre os programas e ações. Anualmente o Ministério do Planejamento abre o sistema para que os órgãos façam as devidas alterações/inclusões de informações. Além disso, há um processo de publicação do cadastro de ações orçamentárias na SOF que também contribui para melhoria das informações do cadastro.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 016.775/2010-4	2741/2010	9.1	RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
<p>9. Acórdão:</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos da fiscalização autorizada pelo Acórdão nº 1.996/2009-Plenário, em que foi realizado levantamento de auditoria, com vistas a verificar os processos de análise e aprovação de projetos e respectivos sistemas de acompanhamento no âmbito do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul - Focem, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na qualidade de UNTF/Brasil, que:</p> <p>9.1.1. registre, de maneira específica e formal, para todos os projetos que porventura venham a ser apresentados à UNTF/Brasil, ainda que os mesmos não contemplem ou não apresentem todos os documentos e requisitos exigidos pelos artigos 40 e 42 da Decisão CMC 24/05, as seguintes informações, no mínimo: identificação do proponente, valor, entidade executora, resultado da análise preliminar efetuada pela UNTF/Brasil, situação em que se encontra o projeto, e eventuais motivos para a rejeição do respectivo projeto (conforme itens 43 a 53 do relatório de auditoria); e</p> <p>9.1.2. disponibilize e publique em seu sítio na rede mundial de computadores, no mesmo endereço eletrônico que a UNTF/Brasil utiliza para a divulgação do FOCEM, as informações porventura registradas em razão do contido no item acima (conforme item 53 do relatório de auditoria).</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Temas Econômicos e Especiais					14416
Síntese da providência adotada:					
Foi estabelecido procedimento interno para registrar todos os projetos apresentados à UNTF/Brasil, bem como a sua periódica disponibilização no sítio eletrônico utilizado pela UNTF/Brasil para a divulgação do FOCEM.					
Síntese dos resultados obtidos					

<p>Maior transparência em relação aos projetos apresentados, sobretudo em relação àqueles sob análise.</p> <p>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</p>
--

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC 013.705/2009-6	2919/2009-PLENÁRIO	9.3	RE	Ofício nº 414/2009-TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Casa Civil da Presidência da República					2837
Ministério da Integração Nacional					42670
Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional					72104
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
<p>9. Acórdão:</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Levantamento de Auditoria realizado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag com o intuito de colher informações acerca da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, no âmbito do Tema de Maior Significância - TMS Desenvolvimento Regional, incluído entre os trabalhos prioritários do TCU para o exercício de 2009.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.3. recomendar à Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional - SDR/MI e à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI / MPOG, que atuem conjuntamente com vistas à reformulação dos programas de forma a incluir elementos essenciais, como indicadores e as respectivas metas de desempenho, e ao acompanhamento sistemático do grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Planejamento					103353
Síntese da providência adotada:					
<p>A dificuldade de se ter indicadores efetivos não está presente apenas nos programas relacionados ao tema Desenvolvimento Regional. Parte do problema reside no fato de que a Administração não dispunha de uma referência que norteasse a compreensão e a construção de medidas de desempenho de programas, conforme revelado nas avaliações da qualidade dos indicadores dos programas.</p> <p>Como parte dos esforços para melhorar esta situação, a SPI desenvolveu um guia contendo uma síntese conceitual e uma metodologia de construção de indicadores de desempenho de Programas, no intuito de auxiliar gestores e dirigentes na compreensão e escolha de medidas que de fato expressem os resultados esperados. A obra intitulada "Indicadores de Programa - Guia Metodológico" foi publicada em março de 2010 e está disponível a qualquer interessado mediante livre acesso na Internet.</p> <p>O acompanhamento sistemático dos programas que integram o PPA é efetivado com o apoio do Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento (SIGPLAN), que se traduz em um processo de monitoramento permanente, e por meio das avaliações anuais do PPA, encaminhadas ao Congresso Nacional até o dia 15 de setembro de cada ano, referentemente ao exercício anterior.</p> <p>Com a implantação da estratégia temática, o monitoramento dos programas selecionados para acompanhamento intensivo será realizado de forma diferenciada e buscará avaliar, dentre outros, o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos.</p> <p>Ademais, a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos tem monitorado alguns indicadores relacionados aos objetivos de governo de forma regionalizada na Avaliação da Dimensão Estratégica do Plano Plurianual, refletindo o comportamento das assimetrias de desenvolvimento no território brasileiro.</p>					

Síntese dos resultados obtidos
O Ministério da Integração Nacional, assim como os demais, foi orientado metodologicamente para a construção de indicadores de programas. Espera-se que os indicadores construídos a partir da orientação estejam presentes no PPA 2012-2015 no âmbito de programas reformulados.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Quadro XXIII - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	029.094/2008-0	102/2009-PLENÁRIO	9.1.2	RE	OFÍCIO Nº 49/2009 TCU/SEMAG-Gabinete
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
<p>9. Acórdão:</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Acompanhamento do processo de elaboração do Plano Plurianual para 2008/2011, com o objetivo de avaliar os atributos dos programas finalísticos ali consignados, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. recomendar à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:</p> <p>9.1.2 esclareça aos Órgãos setoriais qual é o verdadeiro papel do SIGPlan como instrumento do Órgão Central de Planejamento do Governo Federal de apoio ao sistema de monitoramento e avaliação.</p>					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Basicamente a função do SIGPlan é apoiar os dois processos citados: monitoramento e avaliação das ações e programas do PPA. Nesse sentido, a principal função do SIGPlan é registrar as informações. É um sistema que fica disponível para que os órgãos prestem as informações que irão compor o relatório de avaliação que é encaminhado anualmente ao Congresso Nacional, particularmente no que concerne aos produtos das ações. Quanto à publicação dos cadernos setoriais de avaliação, ele também é o meio que registra e organiza as informações que posteriormente serão publicadas pelos órgãos. Esse esclarecimento é feito sempre que há contato com os Ministérios, especialmente na abertura do processo de avaliação anual, no atendimento das eventuais dúvidas por telefone ou sistema. Inclusive é comentada a diferença entre a natureza do acompanhamento de um órgão central relativamente aos órgãos setoriais, bem como a particularidade quanto à origem da informação do monitoramento no SIGPlan, qual seja, os mínimos recortes do orçamento. Não obstante, não foi encontrado nenhum documento formal específico informando isso aos órgãos.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>É bem simples esclarecer as funções do sistema. Não foi vislumbrado nenhum fator positivo ou negativo para isso além do fato de que a rotina que se estabeleceu proporciona uma certa uniformização do entendimento da função do sistema, fato que, por outro lado, não diminui a resistência dos órgãos quanto ao preenchimento do SIGPlan, particularmente no tocante ao monitoramento. Entretanto, avalia-se que a resistência advém principalmente dos problemas estruturais e de concepção, inadequações estas que se pretendem solucionar com o novo modelo de plano.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	029.094/2008-0	102/2009-PLENÁRIO	9.1.3	RE	OFÍCIO N° 49/2009 TCU/SEMAG-Gabinete
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
<p>9. Acórdão:</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Acompanhamento do processo de elaboração do Plano Plurianual para 2008/2011, com o objetivo de avaliar os atributos dos programas finalísticos ali consignados, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. recomendar à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:</p> <p>9.1.3 informe aos órgãos setoriais os benefícios advindos da utilização de InfraSIGs para sua própria gestão e para a comunicação com o SIGPlan e dê publicidade às boas experiências, como é o caso do Simec do Ministério da Educação.</p>					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>A SPI sempre faz referência às boas práticas, particularmente no caso dos sistemas de informação. Já houve casos, inclusive, em que foi realizada oficina de boas práticas com os órgãos sobre isso, como em 2009. O caso do SIMEC sempre é comentado como uma boa prática, tanto que vários órgãos o utilizam como referência para elaboração dos seus infrasigs. Em todas as oportunidades em que se dialoga com as Unidades de Monitoramento e Avaliação, faz-se referência à utilidade dos sistemas, oportunidade na qual também se faz referência às boas e más práticas. Vale lembrar, ainda, a existência e a publicação dos manuais de integração com o SIGPlan.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>A implementação dos infrasigs é orientada pela SPI, porém há autonomia para implementação por parte do órgão setorial. Além disso, avalia-se que a resistência quanto à implementação dos infrasigs advém, também, de questões estruturais e de concepção dos dados de monitoramento do SIGPlan, pontos que a Secretaria pretende solucionar com o novo modelo de plano.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 016.775/2010-4	2741/2010	9.4	RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
<p>9. Acórdão:</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos da fiscalização autorizada pelo Acórdão nº 1.996/2009-Plenário, em que foi realizado levantamento de auditoria, com vistas a verificar os processos de análise e aprovação de projetos e respectivos sistemas de acompanhamento no âmbito do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul - Focem, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p>					

9.4. com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar às Secretarias de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, esta última na qualidade de UTNF, que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias de cumprimento ao disposto nas normas regulamentadoras do FOCEM e do Convênio PAMA, quanto à necessidade de realização de auditorias interna e externa independente sobre o Programa de Ação Mercosul Livre de Febre Aftosa (conforme itens 95 e 96 do relatório de auditoria).

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Temas Econômicos e Especiais	14416
Justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>A contratação da auditoria externa é de responsabilidade da Unidade Técnica Focem/Secretaria do Mercosul, conforme disposto no artigo 77 do Regulamento do FOCEM. Ainda de acordo com o referido artigo, os projetos aprovados devem ser submetidos a auditorias externas, contábeis, de gestão e de execução, pelo menos quando se verifique 50% de sua execução financeira e imediatamente ao seu final. No caso do Programa de Ação Mercosul Livre de Febre Aftosa (PAMA), segundo o último relatório disponível, de 30 de novembro de 2010, a execução financeira estava em 27,1%.</p> <p>A auditoria interna, conforme artigo 76 do Regulamento do FOCEM, deve ser realizada de acordo com a normativa de cada Estado Parte. No caso do Brasil, cabe à Controladoria-Geral da União realizá-la. Segundo o novo Regulamento do FOCEM, internalizado pelo Brasil por meio do Decreto nº 7.362, de 22 de novembro de 2010, a UTNF tem a responsabilidade de transmitir oportunamente ao Organismo Governamental de Controle Interno as informações relevantes para o planejamento e execução das atividades de auditoria. Para o projeto em questão, as informações foram enviadas por meio do Ofício nº 19/SPI/MP, de 04 de março de 2011.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

11. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA

O Quadro a seguir transcreve a declaração do contador responsável pela SPI, atestando que os demonstrativos contábeis e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável (UGR) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade.

Quadro XXIV - Declaração do Contador Responsável

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA				
Denominação completa (UJ)			Código da UGR	
Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico - SPI			201008	
<p>UGR: 201008 - Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico - SPI UG: 201028 - Projeto de Assistência Técnica para o Gerenciamento Fiscal e Financeiro - PROGER GESTÃO: 00001</p> <p>COM RESSALVAS:</p> <p>Declaro que as informações relativas à execução levantadas por Unidade Gestora Responsável, da UGR 201008 - Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico - SPI, integram os demonstrativos contábeis do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) e constam das demonstrações contábeis da Unidade Gestora Executora 201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira, bem como, do processo de Prestação de Contas demandada pela Secretaria Executiva/MP.</p> <p>Declaro ainda, que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanço Patrimonial, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), da UGE 201028 - Projeto de Assistência Técnica para o Gerenciamento Fiscal e Financeiro - PROGER, e com base nas Conformidades de Registro de Gestão registradas por essa unidade, refletem a adequada situação patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Cabe ressaltar que, durante o exercício de 2010, não houve execução orçamentária e financeira na unidade 201028.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>				
Local	Brasília, Distrito Federal		Data	11 de fevereiro de 2011
Contador Responsável	Marlene Cavalcante Gomes Coordenadora da CCONT/CGPOF/SPOA/SE/MP Telefone: (61) 2020-4087 E-mail: marlene.gomes@planejamento.gov.br		CRC nº	016693/O

12. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Nos últimos anos, a SPI procurou modificar seus instrumentos técnicos de forma a se estruturar para a busca de respostas cada vez mais eficazes aos desafios que lhe são colocados. Neste caminho, a Secretaria buscou substituir o enfoque em processos por uma lógica mais centrada nas políticas públicas, nos produtos e nos serviços ofertados à sociedade. Como parte desta estratégia, a SPI perseguiu a revitalização da função planejamento em duas linhas complementares de atuação: o fortalecimento do Plano Plurianual e de suas agendas prioritárias; e a estruturação do planejamento governamental a partir das políticas públicas prioritárias para a sociedade e traduzidas em temas.

A organização temática foi complementada por mecanismos que permitissem a disseminação da informação e do conhecimento nas equipes de trabalho da SPI, como boletins informativos semanais, diálogos temáticos na Secretaria, além da focalização das oportunidades de capacitação nos conhecimentos temáticos. A pluralidade de conhecimento e de perspectivas também se refletiu a partir dos esforços empreendidos nas competências relacionadas às Carreiras de Infraestrutura e de Planejamento e Orçamento, consoante as atribuições regimentais da SPI, com forte contribuição na definição dos conhecimentos requeridos nas provas dissertativas para a seleção dos novos Analistas de Planejamento e Orçamento nos dois últimos concursos.

Também foram definidos instrumentos para exteriorizar o aprendizado institucional acumulado individualmente pelos servidores, mediante a concepção dos Documentos de Referência Temática - base do conhecimento da política pública afeta ao tema -, além do aperfeiçoamento do diálogo federativo, que se expressou de forma plena mediante a realização, em novembro de 2010, do I Seminário CONSEPLAN de Planejamento Governamental.

Algumas modificações na estrutura do Plano Plurianual também foram propostas ao longo dos últimos exercícios de forma a conferir maior estabilidade e torná-lo mais estratégico, como a elaboração das Agendas Prioritárias de Governo. A avaliação buscou focar mais na parte estratégica do plano, ou seja, na estratégia de desenvolvimento, nas agendas e nas metas prioritárias. No caso do monitoramento, buscou-se abandonar o foco nos processos, para substituí-lo por um monitoramento associado ao conteúdo das políticas, as quais devem orientar a constituição dos programas do PPA 2012-2015.

Por fim, procurou-se avançar para além da lógica plano-orçamento como, por exemplo, com as alterações constantes do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 com a adoção do regime de contratação denominado empreitada por preço global para os novos projetos. Esta discussão resultou de um amplo debate conduzido pela SPI com órgãos executores, de controle e o Congresso Nacional, a partir de estudos que apontaram a necessidade de tratar restrições à implementação de investimentos públicos.

Dessa forma, a construção do novo paradigma foi aperfeiçoada, e o PPA 2012-2015 deverá ser a síntese de todo este esforço. A elaboração dos programas temáticos, seus desafios e resultados refletem a nova perspectiva que se abre para o planejamento governamental e para os novos trabalhos da SPI em 2011.